



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 144

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 05 de julho de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Voto de Protesto repudiando todo o “**processo de descaracterização a que o projeto Ecomuseu foi sujeito contra a vontade unanimemente expressa de todas as organizações e de todos os participantes associados ao projeto**”, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Cascalho, usaram da palavra os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*), seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Luís Silveira.

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

Posteriormente passou-se para a apresentação das declarações políticas.

Sobre a primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

A segunda foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Para Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Pedro Costa (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*).

Agenda da Reunião:

1- Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012 – “adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, mais precisamente pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 – “Livre acesso e exercício de atividades económicas na Região Autónoma dos Açores;

Após a apresentação do diploma pela Sra. Secretária Regional da Economia (*Luísa Schanderl*), usaram da palavra, no debate na generalidade, os Srs. Deputados José Rego (*PS*), José Cascalho (*BE*), Pedro Medina (*CDS-PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estevão (*PPM*).

No debate na especialidade usou da palavra o Sr. Deputado José Rego (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Medina (*CDS-PP*).

Para interpelar a mesa usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Medina (*CDS-PP*).

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010 – “Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, com proposta de substituição integral da Comissão Eventual para o estudo

e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e José Rego (*PS*).

4- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução nº 39/2012 – Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à internet nas ilhas das Flores e do Corvo, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência e a dispensa de exame em comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

5- Projeto de Resolução nº 39/2012 – Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à internet nas ilhas das Flores e do Corvo, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), para proceder à apresentação do diploma, Paulo Rosa (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*).

O projeto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a aprovação por unanimidade de dois pedidos de urgência: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2012 – “Quinta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2012 – “Sexta alteração ao Decreto**

Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio, que adota providências relativas ao pessoal dos quadros políticos, técnicos e administrativos do Governo Regional dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A sessão continuou com o debate dos diplomas **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2012 – “Quinta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio”** e **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/2012 – “sexta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio, que adota providências relativas ao pessoal dos quadros políticos, técnicos e administrativos do Governo Regional dos Açores”**.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e Hernâni Jorge (*PS*).

A continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Eram 10 horas e 09 minutos

Vamos iniciar a nossa reunião plenária de hoje. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar naturalmente com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
Joe Valadão **Rego**
José **Gabriel** **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS-PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos então iniciar o nosso PTAP.

Deu entrada na mesa e já foi distribuído por todas as bancadas um Voto de Protesto do BE. Dava a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho para apresentar o voto.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Em S. Jorge, em Julho de 2009 realizou-se uma reunião com 29 organizações locais, para se discutir o futuro do Ecomuseu de São Jorge. O projeto estava em elaboração desde 2006 e a participação maciça da população, assinalava o seu interesse genuíno pelo projeto. Nessa reunião, a população foi unânime na aprovação pela continuação do projeto do EcoMuseu tal qual ele tinha sido delineado pelo seu coordenador.

Mas foi também nessa reunião que aconteceu o que o programa do Partido Socialista de 2008 parecia profetizar: o fim de um projeto que sempre tivera o Governo Regional como parceiro mas que, não era domável e, por isso, perigoso.

É esse efetivamente receio que transparece no documento do programa do Partido Socialista de 2008, e cito:

“Na linha do Ecomuseu de São Jorge e do Centro de Interpretação Ambiental e Cultural da Ilha do Corvo, há que fomentar, em todas as ilhas, as parcerias entre turismo, ambiente e cultura. Os exemplos anteriores provocaram sinergias, e especialmente no primeiro caso com clara identificação dos cidadãos, que apenas podem pecar por não serem domáveis pela administração. No entanto, parece ser um risco a assumir com o maior entusiasmo.”

O que se passou em seguida é sobejamente conhecido pelos Jorgenses. Foram desmanteladas as redes que integravam o Ecomuseu, abandonadas as ligações que tinham sido estabelecidas com diversos investigadores que colaboravam pro bono na validação científica do projeto, canceladas as atividades já em andamento e que faziam parte de uma estratégia conhecida por todos os

participantes, com metas claras e previamente planeadas, e finalmente, foram afastados os participantes que, até então, tinham estado empenhados na criação do Ecomuseu.

A entidade 'Ecomuseu', que mais tarde foi agregada ao Parque Natural de Ilha de São Jorge, consagrado no artigo trigésimo primeiro do Decreto-Legislativo Regional n.º 10/2011/A, já não é o projeto acarinhado pela população e pelas organizações que o viram nascer.

O Ecomuseu na sua conceção inicial e segundo os promotores do projeto, num folheto oficial do projeto, com assinatura das Câmaras das Velas, da Câmara da Calheta e do Governo Regional, é definido como “um instrumento construído e posto em funcionamento com uma autoridade pública em conjunto com a população local(...); um laboratório que permite o estudo do passado e do presente da população e do seu ambiente; um centro de conservação, ajudando a preservar e a desenvolver a herança cultural e natural da população; uma escola porque envolve a população no seu trabalho de estudo e proteção e a encoraja a ter uma participação esclarecida na construção do seu próprio futuro.”

Era portanto um projeto que via as populações como verdadeiras empreendedoras. Os protagonistas eram as pessoas, as freguesias e as inúmeras organizações que lutam pela defesa dos lugares, como as fajãs, e pelo património material e imaterial.

Pela multiplicidade de questões que colocava, pela participação que gerava e pelo entusiasmo que galvanizava, este projeto constituía um precioso instrumento de desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Mas o medo e a sede de dominar do Governo Regional, com a conivência do Partido Socialista, mostrando uma profunda falta de cultura democrática bem como uma arrogância sem limites, perpetraram um claro ato censura, de forma premeditada, ao substituir o projeto inicial do Ecomuseu por um outro, no qual a população se deixou de rever.

Assim, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, em forma de voto de protesto, repudiamos todo este processo de descaracterização a que o projeto Ecomuseu foi sujeito contra a vontade

unanimemente expressa de todas as organizações e de todos os participantes associados ao projeto.

Deste voto será dado a conhecer ao Concelho de Ilha de São Jorge, às Câmaras das Velas e da Calheta, a todas as freguesias da ilha de São Jorge e à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores: Zuraída Soares e José Cascalho.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Rogério Veiros. Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O projeto do EcoMuseu de São Jorge é um sonho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é um sonho?!

O Orador: ... de muitas pessoas que ao longo de muito tempo trabalharam para o desenvolvimento de um projeto que se alicerçava na associação de associações ao longo de toda a ilha.

É um projeto sobretudo acarinhado pela dinâmica do Sr. Professor Eduardo Guimarães, pessoa por quem eu tenho apreço, estima e grande amizade pessoal, que se entrega de uma forma completamente apaixonada às causas públicas, ao trabalho público e é efetivamente um projeto que o Governo Regional acarinhou.

Contudo, há aqui questões que é preciso esclarecer sobre esta matéria. É que os projetos não se desenvolvem só com palavras, com ideias ou com sonhos. É preciso consubstanciá-los, é preciso realizá-los, é preciso dar-lhes forma, é preciso dar-lhes personalidade.

A forma que o Governo Regional e o Partido Socialista encontraram para dar mais personalidade, para personificar o projeto do EcoMuseu, foi integrá-lo no Parque Natural de Ilha, como foi aqui aprovado por esta Assembleia, conforme os Srs. Deputados votaram aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: E por isso, Srs. Deputados, não devemos aprovar agora um Voto de Protesto contra aquilo que nós próprios aprovámos nesta Assembleia. É um contrassenso.

Por isso, os partidos que hoje votarem a favor deste Voto de Protesto estão a votar contra aquilo que já foi aqui aprovado na Assembleia Legislativa Regional.

Como em política há que manter a coerência, o Partido Socialista mantém a coerência e jamais poderá aprovar este voto.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não vai votar a favor deste voto, vai votar contra.

Eu percebo que a Sra. Deputada Zuraida Soares tenha feito a sua visita à Ilha de São Jorge e queira tomar nota de algumas coisas para fazer eco no plenário.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não posso?

O Orador: Pode. Eu já lhe explico. É que na parte resolutiva do protesto os Srs. Deputados escrevem: "... o Ecomuseu foi sujeito contra a vontade unanimemente expressa de todas as organizações e de todos os participantes...".

Deputada Zuraida Soares (BE): Absolutamente!

O Orador: Sra. Deputada, deixe-me que lhe diga:

Dessas organizações todas eu, Mark Marques, estou lá na qualidade de Presidente da Casa de Repouso João Inácio de Sousa.

Deputado José San-Bento (PS): Que história é essa, Sr. Deputado?

O Orador: Que eu saiba, a Sra. Deputada não me pediu opinião nenhuma, nem contactou com estas instituições todas.

Portanto, acho que é uma pretensão exagerada vir aqui...

Deputada Zuraida Soares (BE): Justifique-se!

O Orador: ... porque conhecemos o trabalho todo que tivemos e tivemos muita contestação, muito protesto desde 2006.

Estivemos com o então Diretor Regional do Ambiente, Eng. Cardigos. Fizemos a nossa luta ao longo deste tempo todo e sabemos em que ponto está o processo. Não se trata de estar solidário com o Partido Socialista. Trata-se de ser coerente. Vir aqui, na parte do protesto, dizer que por unanimidade as instituições estão contra a forma como o processo decorreu...

Deputada Zuraída Soares (BE): Na reunião! Está lá bem escrito!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual é o mal, estar de acordo com o Partido Socialista?

O Orador: Sra. Deputada, lamento que a sua informação e a sua fonte lhe tenha dado apenas esse momento.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está na reunião!

O Orador: Se a Sra. Deputada pensa que a criação do EcoMuseu de São Jorge é feita por um momento, está completamente errada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Poupe-me a lição!

O Orador: Começou desde 2006.

Não, eu não lhe poupo a lição, mas a Sra. Deputada tem que perceber.

Eu não vou fazer como ontem fez a Sra. Deputada Bárbara Chaves que disse ao Sr. Deputado Aníbal que ele não tinha saído do aeroporto de Santa Maria.

Eu acho que a senhora saiu do aeroporto de São Jorge, ou do cais ou de onde chegou. Acho que saiu.

O que eu acho que a senhora fez mal foi o seu trabalho de casa.

A senhora devia ter pegado em toda a lista das associações, a Associação Amiga Animal, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E ia visitar as 29?!

O Orador: ... dos Amigos da Caldeira, da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, que por acaso sou eu e deve ter o meu número de telemóvel, do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge, da Cooperativa de Artesanato, da Casa de Repouso dos Rosais... Quer que continue?

Devia ter contactado toda esta gente e depois vinha para aqui com a sua postura...

Deputada Zuraída Soares (BE): Vou falar com esta gente toda!

O Orador: Sra. Deputada, isto é uma questão de ciúmeira. Mas sabe, custa-me um bocadinho estar envolvido...

Deputada Zuraída Soares (BE): Para a próxima vou contatá-lo!

O Orador: ... neste processo, enquanto dirigente de uma associação, neste caso de uma instituição, e vir aqui a Sra. Deputada apropriar-se...

Deputado José Cascalho (BE): Apropriar-se?!

Deputada Zuraída Soares (BE): Apropriar-se de quê?

O Orador: ... porque foi um dia a São Jorge e reuniu com alguém que lhe deu a informação errada.

Fica a Sra. Deputada esclarecida que o projeto do EcoMuseu não está neste momento como aqui o protesto diz.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está?

O Orador: Por uma questão de coerência, de verdade, por conhecimento da realidade e não porque fizemos uma visita oficial, mas porque vivemos lá e sentimos os problemas, eu, enquanto, não deputado...

Deputada Zuraída Soares (BE): Desculpe, mas não vivo lá!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... mas Presidente de uma instituição, não posso de forma alguma votar uma falsidade. É falsa esta questão!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente este voto.

Quero dar aqui um testemunho relativamente à questão do EcoMuseu.

Em São Jorge tenho o cuidado de contactar com o Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (PSD): É verdade, reconheço isso!

O Orador: ... e outros ilustres representantes do povo jorgense.

A primeira visita que fiz a São Jorge, desde que sou deputado, foi no início de 2009.

Aquilo que foi notícia da minha visita à Ilha de São Jorge, aliás ainda antes de iniciar a própria visita, relacionava-se com o EcoMuseu de São Jorge e com a não autorização, por parte da Direção Regional do Ambiente, do Deputado da Representação Parlamentar do PCP visitar e reunir com o Prof. Eduardo Guimarães e com outras personalidades envolvidas no projeto do EcoMuseu.

Julgo que este episódio, que aliás fez notícia de imediato, mesmo antes de iniciar a minha visita, é sintomático da atitude que quer o Partido Socialista,...

Deputado Berto Messias (PS): Grande lata!

O Orador: ... quer o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores tiveram relativamente a esta questão, pura e simplesmente.

Há aqui de facto uma questão que é paradigmática da forma como o Partido Socialista se relaciona com as instituições, com os cidadãos.

Quando os consegue dominar, está tudo bem!

Quando foge ao controlo dos comissários políticos do Partido Socialista, então as coisas já não podem ser assim.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: É evidente que se há alguém que é mestre no controlo dos seus colaboradores e de quem trabalha com eles é o atual Secretário Regional do Ambiente e do Mar, que eu conheci muito bem enquanto Secretário Regional da Educação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, sempre, desde a primeira hora, defendeu o projeto do EcoMuseu. Defendeu, porque entendeu que este era um projeto ambicioso, um projeto importante, que poderia vir a desenvolver muito a ilha de São Jorge e ser de um enorme contributo para a nossa sustentabilidade, inclusive, económica, porque não era um projeto só de âmbito cultural que permitia e visava defender a cultura e as tradições de São Jorge, mas no nosso entender traria um retorno económico muito grande à nossa ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É certo que seria e é um projeto que envolvia as instituições da ilha quase na sua globalidade, que englobava as pessoas, o Governo, como é óbvio, e as autarquias.

Portanto, no nosso entender, como disse no início desta intervenção, é um projeto de extrema importância.

No entanto, parece-nos que o Governo Regional ou não entendeu o que era o projeto do EcoMuseu, ou fez-se não entender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em abono da verdade, houve uma reunião promovida pelo Diretor do EcoMuseu de então e entre os Deputados de São Jorge, que se realizou na ecoteca onde funcionava o EcoMuseu, em que foi mantido um acordo de cavalheiros entre todos os deputados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... em que os deputados da oposição ao Governo do Partido Socialista não se manifestariam em relação a este projeto porque foi assumido um compromisso que o projeto seria colocado em prática.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi assumido pelo Sr. Deputado Rogério Veiros. É essa a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Facto é que passados estes, se não me falha a memória, sensivelmente dois anos, o projeto do EcoMuseu não avançou.

Não avançou pelo seguinte: é que o projeto do EcoMuseu não é simplesmente ter um edifício, ter uma escola ou ter um outro edifício qualquer. Era muito mais do que isso.

Também é certo que é preciso haver um espaço. Portanto, é importante que ele exista.

Acho que o Partido Socialista e o Governo desvirtuaram o projeto.

O projeto não é isto que se quer, ou que se está a fazer que seja. Não é isto!

O âmbito deste projeto era muito mais do que isto e os senhores sabem que o era.

De facto, ele foi incluído no Parque Natural da Ilha de São Jorge por proposta do CDS, porque se não fosse tinha sido esquecido em definitivo, é essa a verdade. Ele só foi incluído, e o Sr. Secretário sabe bem disso, porque o CDS, em Comissão, chamou a atenção diversas vezes para o assunto, o CDS fez uma proposta para incluir no Parque Natural de Ilha, porque senão nem isso nós tínhamos. É essa a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso que isto seja aqui lembrado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PPD não defende São Jorge!

O Orador: Em relação a este voto em concreto, parece-nos que (e isso percebemos)...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

... o intuito do Bloco de Esquerda, embora tenha falhado aqui nalguns pormenores (isso é normal, porque é um projeto, como digo, abrangente, que envolve muita gente, é certo que podem não ter falado com todas as instituições)...

Deputada Zuraída Soares (BE): E é um voto de protesto. Não se pode ter tudo!

O Orador: ... com este voto, é chamar a atenção para o valor deste projeto, para que ele não passe a esquecido e que, se calhar, se reative este projeto. Parece-me que foi isso que o Bloco de Esquerda aqui procurou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e é isso que é importante.

Por isso o CDS-PP vai votar favoravelmente este voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros pediu a palavra para?

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** O Sr. Deputado Luís Silveira frisou o nome da minha pessoa numa reunião, e os factos e as acusações que fez eu considero...

Presidente: Para contrariar factos.

O Orador: ... graves e tenho o direito de defesa, por isso para protestar.

Presidente: Tem 3 minutos para um protesto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente houve uma reunião. Estiveram presentes três dos deputados que estão presentes neste plenário (o Sr. Deputado Mark Marques também esteve presente). Isso é verdade. Mas o Sr. Deputado Luís Silveira omite um facto que também é indesmentível. É que o projeto do EcoMuseu, hoje, encontra-se integrado no Parque Natural de Ilha por proposta do CDS na reunião da CAPAT...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... e foi o CDS que assim o quis e a maioria aprovou.

O Sr. Deputado Luís Silveira esquece-se de assumir isso e ter a coerência de o dizer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, o projeto do EcoMuseu está integrado no Parque Natural de Ilha e está a ter a gestão que agora tem por aquilo que o CDS propôs e que foi a vontade do CDS em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira para um contraprotesto.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado deveria estar um bocadinho mais atento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: O senhor acabou de dizer que eu tinha omitido uma coisa que eu frisei aqui claramente.

Foi proposta do CDS na Comissão, por isso entrou no âmbito do Parque Natural da Ilha de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, não omiti. Eu disse e disse que ele só tinha sido integrado, porque o CDS tinha chamado a atenção.

Portanto, o senhor protestou não sei o quê.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é que alterou!

O Orador: Eu usei o seu nome para dizer que tinha ido a uma reunião em que o senhor e outro deputado estavam. Dizer aquilo que eu disse? E dizer aquilo que eu não disse, que eu tinha dito?

Sr. Deputado, fica-lhe mal essa sua postura e só prova a sua forma de estar na política. Prova também o seu desatento e o seu incómodo em relação a este projeto.

É certo que estamos em véspera de eleições e isto para si, certamente, não é nada bom.

Todos os elogios que o senhor deu ao coordenador, o Prof. Eduardo Guimarães, e faço minhas as palavras em relação a isso, não se traduziram numa expressão por parte do Partido Socialista. É essa a verdade.

Para concluir, aquilo que o senhor chamou de um sonho do EcoMuseu, tornou-se hoje num pesadelo por culpa dos senhores.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Não sei se há mais inscrições. Creio que não.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Volto a lembrar, e a agradecer antecipadamente, que durante as votações não haja grandes intervenções, nem grandes apartes, por razões óbvias.

Passamos para outra fase dos nossos trabalhos, para as declarações políticas.

Conforme acordado em conferência de líderes, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em Maio de 2011, exatamente aqui na ilha do Faial, o PS/Açores lançou o fórum de debate “Um Novo Ciclo para Vencer Novos Desafios”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Novos e velhos!

O Orador: Durante cerca de 14 meses, desenvolveu-se um debate livre sobre as nossas ilhas, recolhendo contributos para que seja mais fácil responder aos novos desafios que se colocam à Região Autónoma dos Açores.

Ao longo deste tempo, participaram nesta iniciativa centenas e centenas de pessoas, com um percurso que muito acrescentou à nossa reflexão, que apontaram soluções práticas e exequíveis para o futuro da nossa Terra.

Paralelamente a esta iniciativa, também a Juventude Socialista Açores realizou o Fórum Geração Ativa - Geração de Ideias, realizando 16 sessões de debate em todas as ilhas, com a participação e contributo de centenas de jovens socialistas e independentes...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador:... e que culminou com a Convenção Geração Ativa -Geração de Ideias, onde construímos um Projeto Político para a Juventude Açoriana, a ser tido em conta no programa eleitoral do Partido Socialista e mais tarde no Programa de Governo 2012-2016.

Todo este trabalho culminou na Convenção “Um Novo Ciclo para Vencer Novos Desafios”,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Novos e velhos!

O Orador: ... que decorreu no último fim-de-semana, em Vila Franca do Campo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Nesta Convenção, o candidato do Partido Socialista à Presidência do Governo, Vasco Cordeiro, recebeu os contributos de largas centenas de Açorianos que participaram nos debates, que serão, agora, integrados nas linhas programáticas das propostas que serão apresentadas aos açorianos nas próximas eleições regionais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Muito bem!

O Orador: O PS tem, assim, as bases de um programa com propostas que nasceram de fora para dentro, que tem a sua génese nos Açorianos, dando assim corpo ao que pensam, ao que reivindicam e ao que ambicionam para a sua terra. Ficam assim reunidas as condições para que os Açores continuem um caminho de progresso, assente nos eixos da Competitividade e Investimento, da Proteção e Solidariedade Social e da Sustentabilidade dos Recursos Naturais.

À legitimidade partidária da indicação como candidato, cumprindo as regras que regem o PS/Açores, agora temos, também, a legitimidade de um projeto concreto, de ideias e de propostas para os Açores, construído pelos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A este propósito, não posso deixar de lamentar algumas reações do PSD/Açores ao trabalho desenvolvido ...

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Ficaram tristes!

O Orador: ... no seu exercício normal de desmerecimento do PS e de maledicência permanente, não percebendo o que verdadeiramente se passou nestes últimos 14 meses.

Acusar de forma injusta o PS/Açores e o seu candidato de copiar as propostas do PSD,...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): De plágio!

O Orador: ... na ânsia de denegrir a Convenção, é, acima de tudo, uma enorme falta de respeito pelas várias centenas de Açorianos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É todos os dias, nem sequer disfarçam.

O Orador: ... que participaram nos debates e que deram o melhor de si nas propostas que apresentaram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É uma atitude de arrogância pura, própria de quem se acha dono das propostas para melhorar os Açores.

Não levamos a mal que a candidata do PSD/Açores critique o candidato do PS/Açores - já estamos acostumados a essa guerrilha permanente -...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está tudo no *site* do PSD: www.psdacores.pt

O Orador: ...mas não podemos aceitar que, de forma cega, reprove o trabalho de pessoas sem filiação partidária, e até com filiação diferente do PS, que estiveram envolvidos neste processo de forma totalmente desinteressada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: A candidata do PSD/Açores, ao desmerecer estes contributos, está, na verdade, a desmerecer o pensamento, a reflexão e o espírito de propositura de centenas de Açorianos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: É a crítica própria de quem vê os Açores a “preto e branco”, de quem vê os Açores e a vida política regional, apenas e só, como uma disputa partidária, sem nunca se aperceber que há muito mais vida para além deste imaginário turvo e limitado.

De quem apoia a sua ação política na demagogia,...

Deputado João Costa (PSD): Não é o que se vê quando se olha para as ajudas de custo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... nas contradições e nas incoerências, acabando, desta forma, por se criticar a si própria.

A verdade é que nunca se tinha visto uma crítica tão forte da Presidente do PSD/Açores à Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Ainda esta semana, afirma que quer dar mais apoios sociais, fazendo menos festas, mas diz que só sai da Câmara Municipal depois das grandes festas,...

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)

... este ano apresentadas como as maiores de sempre, com mais de 40 eventos festivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós não somos contra as Festas do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, pelo contrário, mas somos contra a utilização abusiva e aproveitamento partidário que a candidata do PSD Açores faz destas festas,

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... usurpando uma manifestação popular genuína e secular, onde o principal protagonista deve ser o povo e não ela.

Os Açores não precisam desta postura, de retórica partidária inconsequente, onde é mais importante aparecer na televisão e nos jornais do que encontrar e discutir as verdadeiras soluções para o futuro dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda no âmbito destas contradições, não posso deixar de referir outra contradição e algo que é bem demonstrativo da diferença de postura na atividade política do candidato do Partido Socialista e da candidata do PSD/Açores.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD tem afirmado que é necessária transparência na governação, facto com o qual concordamos.

Este Parlamento, e bem, no âmbito das suas funções de fiscalizador da ação governativa, já entendeu criar várias comissões de inquérito. Recordo-me da comissão de inquérito ao processo de construção do Navio Atlântida e Anticiclone, proposta pelo PSD e aprovada e apoiada pelo PS/Açores.

De imediato, o então secretário da tutela, Vasco Cordeiro, disponibilizou-se imediatamente...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Adriano Teles de Meneses nunca veio!

O Orador: para esclarecer tudo o que fosse necessário e solicitado pelos vários partidos, em nome da transparência e da verdade.

Recentemente, o PS propôs, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, a criação de uma comissão de inquérito ao processo de adjudicação dos *minibuses* de Ponta Delgada e, rapidamente, por ordem da Dra. Berta Cabral, a bancada do PSD chumbou essa comissão, recusando a ideia de haver uma fiscalização eficaz e transparente a todo o processo.

Isto é bem demonstrativo da diferença de postura.

Uns são transparentes, corajosos e responsáveis.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Outros escondem-se e encolhem-se com medo das consequências dos seus atos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Convenção promovida pelo PS/Açores foi, assim, a prova da adaptação do partido aos novos tempos, não ficando preso a uma cristalização que, cada vez menos, faz sentido num novo tempo que deve ser marcado pela interação entre as pessoas e as instituições política e partidárias.

No último ano, percorremos os concelhos e as ilhas dos Açores, debatendo, com a participação de milhares de açorianos, temas de grande importância para o futuro da Região e os novos desafios que se colocam ao futuro dos Açores, como o potencial do Mar, a criação de Novos Mercados, a dinamização do Emprego, os Custos de Insularidade, a Saúde, a Educação, a Agricultura, a Coesão Territorial e o Apoio Social, o Desenvolvimento das Potencialidades

Naturais dos Açores, a Dinamização da Criação de Emprego, o Aumento da Competitividade das Exportações para Criar Novos Mercados ou a importância ou a necessidade de uma Região Social.

Para quem tenta desconsiderar o papel desta Convenção, o candidato do PS/Açores responde com propostas concretas, como a constituição de equipas de gestão especializadas que, sem custos para os empresários, possam disponibilizar-lhes os serviços necessários para a reestruturação das empresas, uma Agenda Açoriana para a Criação de Emprego, que incide sobre a Agricultura, Pescas e Turismo e a Qualificação, a Carta Regional de Obras Públicas, para dar previsibilidade aos investimentos das empresas, a reabilitação urbana para as nossas freguesias vilas e cidades.

Para quem teima em desvalorizar a Convenção do Partido Socialista,...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

... Vasco Cordeiro responde com propostas para valorizar a função do professor, com uma nova orgânica do Governo Regional, mais reduzida para ser mais ágil e eficiente, com uma nova geração de incentivos, com um Contrato com a Universidade dos Açores para a Criação do Emprego...

Deputado João Costa (PSD): Mais uma oportunidade peregrina de fazer um discurso!

O Orador: ... e Crescimento Económico e com o reforço de prestação sociais para as crianças, jovens e idosos.

Saímos, assim, de Vila Franca do Campo com a convicção reforçada que o PS/Açores está unido, coeso e motivado para este projeto de continuar a construir uns Açores mais solidários, mais prósperos e mais desenvolvidos.

Saímos mais fortes pela legitimação dos Açorianos, que acreditam neste projeto, que veem nesta candidatura uma esperança para se ultrapassar a atual conjuntura, mas também as bases de um rumo lúcido e estruturado para a nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Legitimação? Mas que termo é esse!

O Orador: Muito foi feito, somos hoje herdeiros de uma boa governação do Partido Socialista, mas temos consciência que muito há para fazer e estamos prontos para renovar com confiança a nossa Terra, conciliando a energia das novas gerações com a experiência e sabedoria dos mais velhos.

Não cometemos o erro de achar que somos donos da verdade.

Continuamos a ter muito para aprender, todos os dias, com todos os açorianos.

Aqui estamos, com a convicção de que com seriedade, com responsabilidade e com determinação, continuaremos a ser merecedores da confiança do povo açoriano.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Aceitam-se inscrições, aliás, já tenho duas.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, quando julgávamos que o líder parlamentar do Partido Socialista iria fazer uns sublinhados àquilo que tinha sido a Convenção do Partido Socialista, àquilo que tinha sido as suas conclusões, vimos resvalar de novo para o registo habitual.

É muito habitual neste Partido Socialista e é um registo do seu ADN fazer oposição à oposição.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais importante do que valorizar as suas propostas, sejam elas melhores ou piores, valorizar aquilo que constroem, há uma preocupação permanente em desconsiderar, em atacar a oposição...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O Sr. Deputado também só sabe dizer isso!

O Orador: ... e em particular a oposição do Partido Social Democrata, mais especificamente a líder do Partido Social Democrata.

É esta quase desculpável, porque é genética, posição do Partido Socialista e da oposição à oposição, que registamos aqui hoje e para a qual resvalou a intervenção do líder parlamentar do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É só isso que o senhor tem para dizer? Depois de tanta proposta!

O Orador: Aquilo que esperaríamos aqui era, ao querer falar da sua Convenção, o registo daquilo que de bom terá saído dessa Convenção.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Estava distraído, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor estava distraído a receber telefonemas dos seus colegas.

O Orador: Aquilo que tentaram nesta Convenção, naturalmente como é sabido, foi legitimar mediaticamente aquilo que não está legitimado democraticamente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa é uma marca de base do candidato do Partido Socialista, Dr. Vasco Cordeiro.

O Partido Socialista não quis correr o risco de passar por um processo de legitimação interna, e então empurrou com a barriga para a frente.

Agora tentou mediaticamente legitimar aquilo que não teve coragem para legitimar democraticamente em termos internos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que tem a ver com isso?

O Orador: Desta marca o candidato do Partido Socialista não se livra.

Gostaria de dizer também aqui, e é evidente, não vale a pena negarmos (certamente terá havido muitas mais ideias, não tive oportunidade de seguir com a atenção devida, se calhar, a Convenção),...

Deputado João Costa (*PSD*): E em direto!

O Orador: ... que aquilo que saltou para a comunicação social foram ideias que o Partido Social Democrata apresentou há algum tempo. Isso é evidente!

Um governo mais pequeno, ter um Setor Público Empresarial menor, diminuir as chefias. Onde é que já ouvimos isto?

Há seis meses? Há 18 meses? Há um ano?

Deputado António Marinho (PSD): Não têm vergonha! Nem sequer vergonha têm!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está a falar do avião cargueiro!

O Orador: São propostas que claramente já são conhecidas dos açorianos, se calhar até de outros partidos de há mais tempo e nós, PSD lembramos certamente daquilo que são cópias das ideias do Partido Social Democrata.

Mas sabemos que há outros partidos que se reviram nas propostas que saíram desta Convenção, naquilo que já diziam há muito tempo.

Como é que é possível tentar vir vender ideias novas com coisas copiadas e aquilo que se regista, deste tempo todo que o Partido Socialista diz que esteve a receber ideias da sociedade açoriana, é que esteve a receber ideias talvez dos outros partidos que tanto criticam?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: As nossas ideias, as ideias do Partido Social Democrata, eram más há seis ou sete meses.

Deputado António Marinho (PSD): Agora já são boas! Que vergonha!

O Orador: Agora já são boas porque vêm da vossa voz.

Deputado António Marinho (PSD): Falta de vergonha!

O Orador: Acho que os açorianos não estão tão distraídos assim.

De resto, há uma crítica extraordinária, talvez das maiores críticas que foi feita ao candidato do Partido Socialista. É quando o candidato do Partido Socialista critica o anterior Secretário da Economia por ter montado um sistema de incentivos desadequado e diz que agora é que vai rever todos os sistemas de incentivos.

Deputado António Marinho (PSD): Há 3 meses teve possibilidade de o fazer. Por que é que não fez?

O Orador: Mas afinal, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem é que recentemente teve oportunidade (passou aqui por esta casa), de fazer alterações ao sistema de incentivos?

Deputado António Marinho (PSD): Exatamente!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): No Quadro Comunitário de Apoio!

O Orador: Agora vai deitar por base tudo aquilo que construiu...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): No Quadro Comunitário de Apoio!

O Orador: ... há 4 ou 5 meses. É uma autocrítica que normalmente costuma ser construtiva, neste caso.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, as autocríticas normalmente são construtivas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): No Quadro Comunitário de Apoio! O senhor não leu!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, neste caso, fez uma autocrítica destrutiva. Isso também é de registar.

De uma coisa o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista não se podem livrar. É que não podem vencer novos desafios com as mesmas pessoas que não conseguiram vencer os velhos desafios.

Essa é inevitável!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é uma autocrítica?! Grande facada na Dra. Berta Cabral!

Deputado António Marinho (PSD): Perderam de todo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tenha calma!

Presidente: Eu sei que estamos no mês de julho, o que torna isto um pouco mais difícil, mas vamos prosseguir o nosso debate.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Estão à deriva! E então ali nem à deriva.

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

Presidente: Tem a palavra. Pedia que abreviasse porque terminou o seu tempo.
Sr. Deputado António Marinho deixe o seu colega terminar.

Deputado António Marinho (PSD): Peço desculpa, Sr. Presidente, mas aquele senhor tem de crescer um bocadinho.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De resto, para quem tem uma situação na economia dos Açores com mais de 17 mil desempregados, com 20 mil Rendimentos Sociais de Inserção, com um terço dos açorianos a viver abaixo do limiar da pobreza...

Quem foi um dos principais responsáveis por tudo isto até aqui? O anterior Secretário da Economia.

Apresentando-se agora como candidato, não pode iludir o seu passado para tentar dizer que vai fazer diferente no futuro.

Aquilo que o Partido Socialista tentou fazer de encenação, de legitimação mediática daquilo que não conseguiu legitimar democraticamente, tem um outro problema gravíssimo. É que não pode correr uma cortina de fumo sobre o desastre social e económico em que os Açores estão...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e dizer que quem provocou isto neste momento vai mudar no futuro.

No futuro só pode continuar o mesmo ou piorar.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Dessa matéria o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não se consegue livrar, por mais encenação mediática que queira aqui transpor.

De resto, os açorianos terão oportunidade, em outubro, para escolher mais com os mesmos protagonistas e menores protagonistas, e algo diferente com a nova oportunidade para todas as ilhas dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sim, sim!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por cumprimentar o Partido Socialista pela realização desta Convenção, mas não posso deixar de notar o seguinte:

Fala-se sobretudo do futuro.

Para se falar do futuro com alguma consistência é necessário olhar para o passado e para o presente.

Parece-me que esses novos desafios que o Deputado e Líder Parlamentar do Partido Socialista enunciou ali, resultam do facto de que velhos desafios, de há 4, de há 8, de há 12 anos...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): De há 16!

O Orador: ... não foram vencidos. Aliás e traduzindo numa linguagem mais simples: as promessas, muitas das vossas promessas, não foram cumpridas.

Eu espero que na lista dos novos desafios estejam também os velhos desafios que não conseguiram resolver e que contribuíssem de alguma forma para nos arrastar para a situação que atualmente vivemos na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peguei no jornal e ao abrir vi logo uma mentira.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os jornais dizem mentiras?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Realmente nem tudo o que vem nos jornais é verdade!

O Orador: Vejo: “Geotermia avança na Terceira”.

É preciso ter lata! Uma enorme lata!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a olhar para mim porquê?

O Orador: Estou virado para a bancada do Partido Socialista, mas já agora até me posso virar para si.

Isto vem a respeito das novas e velhas promessas, dos novos e velhos desafios.

Conhecem este senhor que aqui está?

Duarte Ponte!

“Central piloto na Terceira vai avançar mesmo”.

Mas os senhores agora resolveram passar atestados de menoridade aos terceirenses e aos açorianos de uma maneira geral?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não consigo perceber!

O Orador: Os senhores agora, em véspera de eleições, é que vêm lembrar as velhas promessas não cumpridas e vêm reprometê-las, reprometê-las, reprometê-las?

Isso é enganar as pessoas!

Se de um lado chove, do outro faz vento.

É preciso dizer que os senhores nunca fizeram a geotermia, porque não quiseram fazer. Isto é para ludibriar mais uma vez os terceirenses e os açorianos.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é uma tática antiga!

O Orador: Desde o ano 2000 que se estão fazendo estudos para isso, Sr. Secretário Regional.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é uma tática antiga, desviar as atenções!

O Orador: Tática antiga é a tática que o senhor usou aqui, usando as festas do Espírito Santo, Sr. Deputado Berto Messias...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem usa as festas do Espírito Santo não somos nós!

O Orador: ... acusando uma de se autopromover nas festas do Espírito Santo, esquecendo-se do outro que se promoveu na revista das Festas de Santo Cristo.

É aqui que o senhor tem que ver. A comparação é rigorosa

Deputada Piedade Lalanda (*PS*): Não é rigoroso!

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor perdeu uma boa oportunidade de ficar sentado!

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor perdeu uma boa oportunidade para ficar sentado!

O Orador: Perdi uma boa oportunidade para ficar sentado.

O senhor é que perdeu talvez uma boa oportunidade de não vir incomodar os açorianos...

(Risos da câmara)

... com um conjunto de falsidades...

Deputado Francisco César (PS): Falsidades?

O Orador: ... que veio ali dizer...

Deputado Berto Messias (PS): Perdeu uma boa oportunidade para não se inscrever e ficar sentado!

O Orador: ... ludibriando. Tratou-se de ludibriar, do princípio ao fim.

Os senhores vão criar uma agenda para o emprego.

O que é que os senhores deixaram aos açorianos ao fim de 16 anos?

A maior taxa de desemprego da história dos Açores!

O pior Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, atualmente!

A maior taxa de pobreza da Região Autónoma dos Açores!

A maior quantidade de falências!

Os senhores deixam desemprego, pobreza, miséria, falência! É esse o fim de 16 anos do Partido Socialista! Miséria, falência, famílias falidas! É isso que os senhores deixam de herança da vossa governação.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ainda ontem o senhor defendia os aumentos das rendas sociais em 150%!

O Orador: É essa a vossa herança. É essa a herança que os senhores deixam aos açorianos e deixam uma colossal dívida no Serviço Regional de Saúde que não a conseguem pagar. Por isso estão cortando cuidados de saúde aos açorianos introduzindo taxas moderadoras nas consultas, nos meios oficiais de

diagnóstico e limitando o acesso dos doentes ao Serviço Regional de Saúde que nem têm acesso a uma simples consulta.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): As taxas moderadoras do seu Governo da República aumentaram! É preciso ter lata!

O Orador: Ludibriar, mais pobreza, mais miséria, menos saúde, mais desemprego. É essa a herança que os senhores deixam.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Ainda ontem falavam em 150% das rendas!

O Orador: Na Convenção que os senhores apresentaram tira-se uma conclusão simples e linear nas propostas apresentadas:

Eu olho para a vossa bancada e olhava para a parte da frente da Convenção e não vejo diferença. Não vi lá um independente. Era só socialistas.

Deputado Duarte Moreira (*PS*): Está a ver mal!

O Orador: A grande conclusão a tirar da vossa Convenção é a seguinte:...

Deputado Francisco César (*PS*): Fez mesmo moça, essa Convenção!

O Orador: Vasco Cordeiro vai fazer tudo o que não conseguiu fazer até agora, o que o Partido Socialista nunca fez até agora. Vasco Cordeiro e o Partido Socialista são herdeiros da situação que a Região tem hoje em dia de desemprego, de menos saúde, de mais falências, de mais miséria e de mais pobreza.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: Vasco Cordeiro propõe fazer agora:

Na agricultura o que não foi capaz de fazer;

Na economia o que não foi capaz de fazer;

Na saúde o que não foi capaz de fazer;

Na educação o que não foi capaz de fazer.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Mas que disparate é esse?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: O que é que o senhor tem a ver com isso?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): O senhor nem sequer é Deputado do PS!

O Orador: Que disparate?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Artur Lima, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor então não tem nada a ver com saúde...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Saúde?! O que é que eu tenho a ver com isso?

O Orador: ... com educação?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não disse isso!

O Orador: Não tem? Então o senhor não é herdeiro, Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

O senhor não quer ser Presidente do Governo? Não tem essa ambição?

Então tem que ter a ver com educação, com agricultura, com pescas, com tudo.

Não pode dizer que não tem nada a ver com isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu terminei.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): O Sr. Deputado Artur Lima está a tentar mudar as sondagens!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

Presidente: aguardo inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Creio não haver. Assim sendo, vou dar a palavra ao declarante para encerrar este debate.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Noto e constato que, ao que parece, a força, a união, a convicção e a mobilização que assistimos na Convenção do Partido Socialista incomodou profundamente alguns partidos...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo o PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Não posso deixar de referir dois registos que sobressaíram na intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, líder parlamentar do PSD.

Por um lado, aquilo que tem sido apanágio desta bancada e deste partido nos últimos tempos, que é o facto de estar permanentemente a fazer guerrilha,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é que o senhor está a fazer?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... a desmerecer e a falar mal do Partido Socialista e do candidato do Partido Socialista.

Por outro lado, fez também, e eu registo com agrado, porque é importante que o façamos na atividade política, uma profunda autocrítica ao PSD quando diz que um partido não pode apresentar-se a eleições afirmando-se que se quer renovar, com as mesmas pessoas que tem há muito tempo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Recordo que a candidata do PSD teve responsabilidades governativas no tempo do Dr. Mota Amaral.

Também não posso deixar de dizer o seguinte:

Quando afirma de forma, parece-me, lamentável e até inaceitável que o PS tenha copiado o que quer que seja e tenha copiado propostas do PSD,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é copiado: é *copy/paste*! É uma vergonha!

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor é que é uma vergonha!

O Orador: ... o PS fez o seu caminho, realizou inúmeros debates em todas as ilhas dos Açores, fez a sua Convenção, recebeu centenas de contributos de independentes, de filiados no PS, de filiados noutros partidos que deram contributos para a construção do programa eleitoral do PS e do Governo.

Dizer que copiámos o que quer que seja é desmerecer e falar mal dessas pessoas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está tudo no *site* do PSD!

O Orador: ... que o fizeram de forma desinteressada, querendo contribuir assim para a sua construção.

Também há outra questão:

O Dr. Vasco Cordeiro – o Partido Socialista! – apresentou propostas concretas, devidamente quantificadas, resultado de uma reflexão interna, tudo devidamente quantificado e não com o registo superficial e nalguns casos banal utilizados por outros partidos.

Também não posso deixar de dizer o seguinte, e este é um momento importante para desmistificar tudo isso:

Com que moral é que o PSD diz que outros partidos copiam as suas propostas, quando é o PSD que anda há vários meses a usurpar e a apresentar propostas,...

Deputados Benilde Oliveira e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... dizendo que são propostas suas quando não são?

Refiro-me, por exemplo, à questão do POSEI Transportes.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Fizeram inúmeras iniciativas e conferências públicas dizendo que era sua,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais uma tentativa!

O Orador: ... que o POSEI Transportes, um programa para os transportes, era do PSD, quando isso consta, as referências a um programa de apoio aos transportes para as regiões ultraperiféricas, tipo POSEI...

Deputado João Costa (PSD): As referências! As notas de rodapé.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem de falar mais alto, ninguém ouviu!

O Orador: ... em Memorandos da Conferência das Regiões e dos Memorandos das Regiões Ultraperiféricas desde o ano de 2010, como posso aqui mostrar e como podemos perfeitamente tornar público. Isso é que é copiar propostas.

Mais grave do que isso, é usurpar propostas, escondendo que essas propostas não são suas, nem são da autoria do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Como é que se pode esconder uma coisa que está à vista de todos?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista está pronto para encarar com confiança os desafios que o futuro apresenta, criando e construindo um projeto de fora para dentro e assim é que deve ser.

Assim é que temos que fazer política e assim é que temos que estar na atividade política, com a humildade normal e necessária de que muito foi feito, mas há muito para fazer, porque nós não somos donos da verdade...

Deputado João Costa (PSD): São herdeiros!

O Orador: ... e temos ainda muito para aprender com todo(a)s o(a)s açoriano(a)s.

Também não posso deixar de dizer, referindo-me a esses *faits divers* partidários e a essa retórica partidária consequente, que estranho é que o PSD-Açores esteja mais preocupado com a vida interna do PS do que o próprio PS.

Deputado António Ventura (PSD): Está preocupado é com a vida dos açorianos!

O Orador: Não posso deixar de dizer que o Dr. Vasco Cordeiro não precisa de ser líder do PS para ter o PS todo junto, unido e motivado ao seu lado neste projeto de futuro para os Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Retomamos os nossos trabalhos às 11.40. Até já.

(Eram 11 horas e 11 minutos)

(Após o intervalo o Deputado Mark Marques substituiu o Deputado Cláudio Lopes na Mesa da ALRAA)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 47 minutos)

Segundo acordado em conferência de líderes temos agora uma declaração política do PPM.

Para tanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política e o humor sempre andaram lado a lado. Nem sempre esta vizinhança recíproca é observada e sentida pelos diversos intervenientes. Alguns políticos nunca se aperceberam que o humor os acompanhava nos seus posicionamentos: é o chamado humor involuntário. Seja como for, quantas vezes, ao longo da História, uma observação espirituosa não serviu para desmontar os argumentos de um político mais dogmático e emproado. O poder não gosta que se riam dele e também não tem capacidade para se rir de si próprio.

Sucedem que a pré-campanha eleitoral em curso nos Açores constitui um manancial inesgotável de humor. No âmbito do atual cenário, podemos chorar ou rir. Nesta intervenção, a minha opção é rir. Rir de mim próprio e rir dos factos risíveis que atropelam o nosso quotidiano. Não que a vida esteja para muitos risos, mas apenas porque rir constitui um ato de esperança para o futuro. Rir é desafiar o infortúnio. Rir é utilizar a arma imemorial que os povos inventaram para desafiar os poderosos e desmontar os emproados.

Esta pré-campanha eleitoral constitui uma autêntica guerra. Uma guerra de propaganda e uma guerra de protagonistas. Ora a mais divertida guerra que conheço é a “guerra do Raúl Solnado”. Um conjunto de monólogos que constituíram um eficaz instrumento de denúncia contra a guerra. Enfraquece-se a guerra quando se lhe recusa a vertente épica e se acentua toda a sua natureza inútil e burlesca.

Por tudo isto, o meu relato da atual guerra eleitoral utiliza como inspiração as guerras do Raúl Solnado. O autor original destes monólogos sobre a guerra foi o espanhol Miguel Gila, um ex-soldado republicano da Guerra Civil Espanhola. Durante a Guerra, o Miguel Gila sobreviveu a um pelotão de fuzilamento. Os soldados franquistas falharam o alvo porque estavam demasiado embriagados, algo que lhe permitiu sobreviver fingindo-se de morto. Foi esta a experiência do homem que levou o resto da vida a condenar e a rir-se da guerra.

A minha guerra é, portanto, o relato fidedigno dos telefonemas que efetuei, no mês de junho, para os quartéis-generais dos diversos partidos aqui representados.

Começo pela transcrição do telefonema que efetuei para o quartel-general laranja, no dia 9 de junho:

- Está lá?

- Oh menina, podia ligar-me para o inimigo, se faz favor?

- Pode chamá-lo?

- Muito agradecido.

- Está lá? É do inimigo laranja?

- Daqui fala o inimigo monárquico.

Vocês importam-se de parar a guerra um bocadinho até que o nosso partido esteja preparado? É que isto não é o PDA! Nós não temos dinheiro para *outdoors* e a nova malta do Miguel Relvas na RTP-Açores não quer cobrir o nosso esforço bélico.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Não quer! E além disso não cobrem os ataques da madrugada, do almoço e da tarde. Isto é ridículo! Onde é que já se viu uma guerra com um horário tão concentrado? E se quisermos atacar de madrugada, conquistar ao almoço e recuar no final da tarde? Quando saírem as notícias no telejornal das 20h, os nossos soldados já estarão novamente no quartel e muitos pensarão que não fazemos nada nesta guerra. E o elemento surpresa? Não existe nesta guerra. O

inimigo já sabe, sempre, que vamos atacar no final da tarde. Isto é tudo muito injusto.

Deixem-me que vos diga que a Dra. Berta Cabral, como começou esta guerra muito cedo, já rebentou com os planos de guerra todos até pelo menos 2020.

(Risos do Deputado Artur Lima)

É a SCUT entre a Lomba da Fazenda e o Nordeste; é o aumento dos apoios sociais para idosos e famílias; é a privatização da RTP/Açores; é o novo projeto para a Zona do Pocinho do Pico; a nova fábrica da COFACO no Pico; um novo quartel para os bombeiros do Faial; a aquisição de uma invencível armada açoriana navegando todo o ano; a reabertura da repartição de finanças da Calheta; a criação da entidade reguladora do leite; a abertura de uma representação permanente da Região em Bruxelas; a implementação de um programa estratégico de criação de emprego; o aumento do complemento social de pensão; a garantia de um médico de família para todos; a distribuição de terras pelo povo; a garantia de dois salários para jovens empreendedores;...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... a equiparação dos salários dos funcionários das IPSS aos da função pública; a criação de um POSEI para os transportes; os aviões cargueiros que eram do CDS/PP e um etc. interminável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: O que eu vos pergunto é como é que nós podemos fazer a guerra nestas condições? Para pagar a vossa guerra é necessário que ninguém coma nos Açores nos próximos 8 anos.

(Risos da câmara)

E eu sei, por experiência própria, que não se pode prometer tamanha abstinência. Isto assim não é guerra não é nada. Nestas condições façam vocês a guerra sozinhos e sem inimigos para abrilhantar o cenário de guerra. Uma guerra a sério tem de ter planos e material de guerra para todos. É falta de ética bélica prometer tudo e ficar com tudo.

Já agora aproveito esta oportunidade para criticar o vosso *slogan* contra o general do exército rosa: “Oh Vasco, tens cá disto”?

(Risos da Câmara)

Devo dizer-vos que não me parece bem esta vossa atitude desafiadora. É devido a este género de atitudes que está em curso uma incontrolável corrida aos armamentos.

Olha, antes de desligar o telefone deixa-me pedir-te, de inimigo para inimigo, um favor pessoal. Tens o número de telefone do vosso General Relvas? Pois, é que eu tenho um filho que começa a Universidade este ano e estava a ver se ele despachava o curso até 2013.

Sempre se poupava muito em propinas, alimentação e estadia.

(Risos da Câmara)

Não telefono para o Eng.º Sócrates porque as chamadas internacionais estão muito caras e além disso o miúdo recusa-se a estudar ao Domingo. Coisas da religião. Muito obrigado, camarada inimigo.

Vou agora iniciar a transcrição do telefonema que efetuei para o quartel-general rosa, no dia 10 de junho:

- Está lá?

- Oh menina, podia ligar-me para o inimigo, se faz favor?

- Pode chamá-lo?

- Muito agradecido.
- Está lá? É do inimigo rosa?
- Daqui fala o inimigo monárquico.

Quero mostrar o meu desagrado pela natureza da vossa sucessão dinástica. Estamos a pensar avançar com um processo por plágio.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

É que os senhores decalcaram a nossa ideia e cultura monárquica e não pagaram direitos de autor. E a ideia da RTP/Açores? Também vão dizer que não copiaram? E o ensino secundário no Corvo? Também é ideia vossa? Como é que é possível pagar uma guerra destas se não nos pagam pelas nossas ideias? Devido a estes factos estamos muito desiludidos com o vosso exército e estamos a pensar rever a nossa política com esse quartel-general.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Não sei se será possível manter a nossa velha e inquebrantável inimizade. Queremos negociar com o vosso exército umas tréguas até setembro. Com tanto *outdoor*, o vosso candidato é quase tão conhecido como o Presidente César. Em Angra do Heroísmo é que os cartazes são um desperdício. Duvido que alguém repare tendo em conta os cartazes vizinhos.

Informo, também, que enviámos para aí um espião. Chama-se Manuel António, tem 43 anos e é ruivo. Ele disse-nos que o vosso quartel da Terceira pode ser tomado com facilidade. Parece que não está ninguém nas trincheiras, estão todos pegados uns com os outros. Nós informamos que não vamos atacar cobardemente esse quartel. Trata-se de ética bélica e não é para aqui chamado o facto de não termos ainda munições para essa frente.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Olha, gostei da vossa Convenção. Notou-se muita unidade. Ninguém concorreu contra o deputado Vasco Cordeiro...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

... e foram aprovadas as ideias já descritas pelo candidato. Nem foi preciso votar. Muito bom.

Estamos, também, muito intrigados com o vosso “slogan” dos primeiros cem dias para vencer a crise. Os israelitas venceram os árabes em 6 dias.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do Deputado Artur Lima)

Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo. Os espanhóis e alemães destruíram a Europa na Guerra dos Trinta Anos e os franceses derrotaram os ingleses em 100 anos. Os únicos 100 dias da História são os 100 dias do regresso de Napoleão que terminaram em derrota.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Aqui no quartel corre o boato que esta vossa ideia pertenceu ao general Francisco César. Não sei se é verdade.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Também preciso de saber quando é que vai acontecer o vosso próximo ataque-comício. Neste domingo e com mil soldados? Não pode ser. Não conseguimos responder. Só se eu fosse buscar 570 soldados à vizinha ilha das Flores, mas o Ariel só leva 12 de cada vez.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Adiem lá isso para setembro, senão acaba já aqui a guerra.

Mais uma coisa. O vosso espião levou os nossos planos para o aumento do cais do Corvo. Devolvam, se faz favor, esses documentos. Se não o fizerem, o nosso espião terá também ordem para roubar tudo sem prévio aviso

Muito obrigado, camarada inimigo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação económica e social por que estamos a passar obriga-nos, a todos, a realizar uma campanha eleitoral muito comedida e rigorosa.

Presidente: “General” Paulo Estêvão,...

(Risos da Câmara)

... começa a faltar-lhe tempo para esta guerra. Agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente. Também já estou sem “munições”.

(Risos da Câmara)

O dinheiro não chega para tudo e é necessário definir prioridades com muita responsabilidade.

Todos sabemos que não é possível prometer tudo a todos. Temos de fazer opções. Não vale dizer, depois de outubro, que a situação das finanças regionais está pior que o previsto. A situação é má – todos o sabemos – e por isso não se deve prometer o que não será possível realizar.

Da nossa parte é este o nosso compromisso. Vamos comprometer-nos apenas com aquilo que consideramos realizável. Este será o nosso caminho e estou certo que será o roteiro escolhido por muitos de vós.

A nossa preocupação não é ganhar batalhas. Queremos ganhar esta guerra. A guerra contra a miséria, o desemprego e a descrença. Por isso vamos travar apenas as batalhas possíveis. Escolheremos proteger os mais desfavorecidos e fomentar o crescimento económico. Não é muito, nem um programa muito diversificado, mas é o que consideramos mais correto.

Muito obrigado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

Presidente: Informo a câmara que o PPM esgotou o seu tempo.

Não sei se alguém se quer mobilizar para uma intervenção.

Creio não haver intervenções.

Assim sendo, pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos passar para o Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com Brokmeijer, em Developing Countries and NATO, citando um estudo da Academia de Ciências da Noruega, durante 65 séculos de existência da humanidade, conhecida e registada, apenas pouco mais de 290 anos foram vividos em paz. Não espanta portanto que, genericamente, se entendesse que os Estados vivessem naturalmente em conflito aberto ou latente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É guerra outra vez?!

O Orador: É outra guerra.

Embora o primeiro tratado de amizade e aliança conhecido date de 1278 aC, tendo sido celebrado entre o Faraó do Egipto Ramsés II e o Rei dos Hititas Khatuchilich III, a verdade é que só a partir do século XVIII se generalizou a ideia de condenar o recurso à força, procurando através do direito internacional

solucionar o flagelo da guerra, ainda que, só em 1848, tenha decorrido em Bruxelas o 1º Congresso Pacifista Internacional.

Ressurgiu deste congresso a ideia expressa de procurar soluções para os conflitos internacionais, sem guerra e com recurso à mediação, ideia que aliás não era nova já que na antiga Grécia e na Idade Média tais tentativas tinham ocorrido na sequência do desmantelamento do Império Romano, entre as cidades Italianas e entre os cantões Suíços.

Em 1899 nasceu, na 1ª Conferência de Paz de Haia, o Tribunal Permanente de Arbitragem. Os estados participantes assinaram a Convenção para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais apesar de tudo, ainda depois da 2ª Conferência de Paz de Haia em 1907, oito anos depois da primeira, não foi possível tornar obrigatório o recurso à arbitragem, referenciando-se, tímida e ingenuamente, apenas o reconhecimento do princípio.

Só em 1946, na sequência do fim da segunda guerra mundial, foi dissolvido o Tribunal Permanente de Justiça Internacional dando lugar ao Tribunal Internacional de Justiça, integrado na Organização das Nações Unidas.

É verdade, tal como afirmou William Thorbecke no seu livro A New Dimension in Political Thinking que “todas as gerações creem invariavelmente que a sua época é a mais revolucionária” mas nunca na história da humanidade foram feitas, em tão pouco tempo, tantas novas descobertas em todos os campos da ciência o que cada vez torna mais absurda a posição dos que defendem a invariabilidade do direito em função do tempo e do espaço.

Tão rápida evolução exige adaptação contínua da situação jurídica à volatilidade do tempo presente.

É óbvio que a evolução técnica permite considerar de forma realista a possibilidade de exploração dos vastos recursos oceânicos, já que o obstáculo que sempre se interpôs entre o homem e os fundos oceânicos, será, a médio prazo, ultrapassado, o que impulsionará a humanidade, na procura de satisfação das suas necessidades, a avançar para importantes decisões relativas ao uso dos oceanos, as quais influenciarão e alterarão profundamente o direito internacional e particularmente o direito internacional marítimo.

O mar, como alguém afirmou, será o campo de batalha deste século, batalha política e tecnológica, assim se espera. O Direito Marítimo, ultrapassado que foi pelos avanços científicos, não satisfaz as necessidades atuais e se não for modernizado por acordo multilateral sê-lo-á, como afirmou Eduardo Serra Brandão, “por ações unilaterais”, geradoras de conflitualidade permanente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Do ponto de vista sociopolítico, o problema reside em saber se os Oceanos serão usados racional e equitativamente em benefício geral da humanidade ou se, num campo de exploração sem lei, explorados em benefício de alguns, poucos, Estados poderosos. Há receios fundados que levam a que os conceitos tradicionais de liberdade de acesso e de exploração dos Oceanos tenham deixado de fazer sentido, mas continuem a não ser rejeitadas por todos.

As quatro Convenções de 1958 – Convenção sobre o Alto Mar em vigor desde 30 de Setembro de 1960, Convenção sobre a Plataforma Continental em vigor desde 10 de Junho de 1964, Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua em vigor desde 10 de Outubro de 1965 e Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos biológicos do Alto Mar em vigor desde 20 de Março de 1966 – saídas da 1ª Conferência sobre Direito Marítimo reunida em Genebra sob a égide da ONU, constituem um trabalho notável, mas contêm graves lacunas das quais ressaltam a não definição da extensão do Mar Territorial, a imprecisão na definição do limite exterior da Plataforma Continental e a falta de definição de regime para exploração dos fundos oceânicos fora da jurisdição nacional.

No que respeita à Plataforma Continental, por exemplo, a Comissão do Direito Internacional das Nações Unidas começou por, em 1950, adotar o critério da explorabilidade, em 1953 o da profundidade, em 1956 o da explorabilidade combinado com o da profundidade, o qual, em 1958, acabou consagrado na Convenção sobre a Plataforma Continental.

Foi no entanto, a partir da década de 60, com o desenvolvimento do conhecimento em matéria de recursos minerais e alimentares, que surgiu de

forma institucionalizada o interesse pela exploração dos recursos naturais dos fundos oceânicos.

É de realçar nesta fase, 1966, a proposta do embaixador de Malta junto das Nações Unidas, cuja leitura recomendo vivamente e a qual propunha, resumidamente, que:

- O leito do mar e o fundo dos oceanos fossem considerados uma herança comum da humanidade e insuscetíveis, portanto, de apropriação nacional;
- Os benefícios financeiros da sua exploração revertissem para a promoção do desenvolvimento dos países pobres;
- O fundo do mar fosse reservado perpetuamente para fins pacíficos;
- As atividades ali exercidas fossem regulamentadas, supervisionadas e controladas. O resultado final não foi, não será, nem o conceito (*res nullius*) liberdade dos mares numa base puramente egoísta, nem o conceito (*res communis*) herança da humanidade numa base puramente altruísta.

É óbvio que uma das mais prementes tarefas do Direito Internacional se prende com a necessidade de proteção do meio marinho, permanentemente sujeito a profundas e graves agressões.

É certo que, logo após a segunda guerra mundial, algumas vozes se fizeram ouvir, mas só com a intervenção de Arvid Pardo na Assembleia Geral da ONU, na sequência do acidente com o petroleiro *Torrey Canyon* em Março de 1967, em *Seven Stones Reef*, ao largo do Reino Unido, se começou verdadeiramente a afirmar a consciência dos problemas ambientais e a necessidade de uma visão menos ambígua do Direito Internacional sobre os Oceanos.

O futuro será evidentemente dominado pela crescente exploração dos Oceanos, sendo que o movimento de apropriação dos espaços marítimos há muito teve início, mais precisamente em 1945 com a declaração do Presidente Truman, estendendo a jurisdição americana a vastas áreas dos fundos oceânicos situados ao largo das suas costas.

Entre 1945 e 1950 foram feitas 30 reivindicações unilaterais, 28 entre 1951 e 1958 e 230 entre 1967 e 1973. Verificando-se a impossibilidade de acordar

princípios gerais relativos à utilização dos fundos oceânicos, partiu-se para uma nova Conferência, a 3ª, sobre o Direito Marítimo, que teve início a 3 de Dezembro de 1973, em Nova Iorque, tendo marcado presença 140 estados e vários movimentos de libertação nacional.

Para perceber o que se passou nesta 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar importa não esquecer que a *sansão*, característica essencial da norma jurídica, toma no direito internacional forma diferente da que tem nos outros ramos do direito, já que no direito internacional não existe centralização da autoridade.

A Conferência, como era de prever, bipolarizou-se entre os países industrializados e os subdesenvolvidos, os primeiros possuidores do conhecimento e do poder económico e por isso com muito a perder no caso de alterações profundas do *status* vigente e os segundos aos quais o direito marítimo tradicional acarretava graves prejuízos económicos, pelo que o rejeitavam totalmente.

Finalizados os trabalhos, possíveis, da 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (que decorreram entre 1973-1982) que desembocou na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aberta à assinatura em Montego Bay, a 10 de Dezembro de 1982, consagrou esta, pela primeira vez, uma sua parte, a XII, à proteção e preservação do meio marinho.

Com a entrada em vigor em 1994 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – em 1977 Portugal passou a ser o 121 estado a retificá-la – inicia-se uma nova fase do Direito do Mar, com novos conceitos mas acima de tudo com o estabelecimento de uma nova ordem na apropriação e utilização dos oceanos e dos seus recursos.

Com o alargamento do Mar Territorial para 12 milhas náuticas, a fixação da Zona Contígua em 24 milhas náuticas e a Zona Económica Exclusiva em 200 milhas náuticas, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar fez de Portugal o estado da União Europeia com a maior área territorial marítima, com competências partilhadas apenas no âmbito da Política Comum de Pescas e

exclusividade absoluta de exploração e gestão de todos os restantes recursos, assim tenha esta capacidade financeira e técnica.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar consagra aos Estados Costeiros, no que diz respeito às Águas Interiores e Mar Territorial:

- Plena soberania sobre os recursos vivos e não vivos, reservando-se a outros Estados apenas o direito à passagem inofensiva.

No que diz respeito à Zona Económica Exclusiva:

- Direito de exploração, aproveitamento e conservação dos recursos vivos e não vivos.

No que diz respeito à Plataforma Continental:

- Direito de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais vivos ou não vivos.

O artigo 9º da Lei nº 34/2006, de 28 de Julho, estabelece claramente o limite exterior da Plataforma Continental portuguesa sem que desta conste qualquer outra referência a este espaço marítimo e sem que, inexplicavelmente, se referencie a possibilidade do seu mais que provável alargamento, num momento em que o Estado Português já colocava essa possibilidade como se pode constatar pela Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2005, de 17 de Janeiro. Em 11 de Maio de 2009, Portugal submete à Comissão de Limites da Plataforma Continental a solicitação de alargamento da sua Plataforma Continental para além das 200 milhas náuticas, o que indiscutivelmente corresponde à afirmação estratégica de mais território, mais controlo marítimo e mais projeção internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A partir de meados do século XX, alteraram-se profundamente as funções económicas dos oceanos com o reforço da função tradicional de via de transporte e com o surgimento da nova função de fonte geradora de energia, apesar da redução no fornecimento alimentar e no transporte de passageiros em navios de linha, esta última, em parte, compensada pelo negócio de cruzeiros.

Entendida em sentido lato a Economia do Mar em Portugal emprega cerca de 75 mil trabalhadores e representa uns míseros 2% do PIB. Destes, 48% correspondem ao efeito direto dos transportes marítimos, portos e logística.

De todos os subsectores passíveis de serem considerados como integradores da Economia do Mar o armamento – posse e ou exploração de navios – é sem dúvida o mais frágil, veja-se o estado atual da nossa marinha mercante.

De uma coisa não restam dúvidas – todos acreditam nas imensas riquezas do fundo dos oceanos, mas poucos dispõem ou disporão de recursos técnicos e financeiros para os explorar porque, a chave para desvendar as riquezas dos oceanos está no conhecimento, onde devemos apostar, e no capital, que não possuímos e daí a importância das boas parcerias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nós, Região Autónoma dos Açores, ultraperiférica, insular e arquipelágica a questão que se coloca é se seremos capazes de assegurar os meios necessários para responder às nossas necessidades permanentes, quer no que diz respeito à pesca, enquanto fonte de recursos alimentares, quer no que diz respeito à exploração dos fundos oceânicos, quer no que diz respeito à produção energética e, ainda, no que diz respeito aos transportes marítimos sustentáveis?

A questão das pescas é aquela, apesar de tudo, sobre a qual temos exercido maior atividade. Isto, apesar de alguns *stocks* já não serem capazes de fazer a reposição natural a situação não é, contudo, irreversível. Saibamos legislar e fiscalizar em conformidade, sem nunca esquecermos que o setor das pescas não se comporta como a generalidade dos setores económicos, em que mais investimento implica maior retorno. Não poderemos esquecer a ligação do turismo a esta atividade nem a observação de cetáceos, sectores geradores de riqueza e emprego.

No que diz respeito à exploração dos fundos oceânicos, importa apostar em mais controlo marítimo, mais projeção internacional e, supostamente, maior desenvolvimento científico, aproveitando a estrutura do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores o que, tudo conjugado, poderá corresponder a um melhor futuro se soubermos e formos capazes de

apostar na investigação científica oceânica e escolhermos as parcerias internacionais geradoras de maiores e melhores oportunidades.

Quanto aos transportes marítimos, imprescindíveis à nossa condição de região insular e ultraperiférica, há que dar resposta às necessidades permanentes com meios próprios, processo em marcha, apostando na mobilidade sustentável e tendo como objetivos, pelos quais é responsável o poder político, estruturar um modelo de transporte e um sistema portuário regional, geridos de forma integrada mas não centralizada, capazes de:

- Impulsionar a competitividade e o desenvolvimento económico;
- Assegurar a mobilidade de pessoas e bens, a preços aceitáveis e com eficiência;
- Promover a coesão social;
- Adequar os modelos e os custos de exploração às receitas;
- Gerir com racionalidade os dinheiros públicos;
- Cumprir os compromissos assumidos;
- Dar prioridade aos projetos estruturantes;
- Esquecer os projetos faraónicos;
- Ser pró-ativos;
- Evitar a implementação de medidas reativas e à *posteriori*;

Porque, importa não esquecer, só assim conseguiremos:

- Promover o funcionamento eficiente da economia;
- Centrar a Região no seu verdadeiro papel e apenas aí, de forma a potenciar a iniciativa privada, a inovação e a criação de emprego sustentável;
- Dimensionar os Sistemas Portuários, Aeroportuários e de Transportes às necessidades e às capacidades financeiras da Região, única forma de dar resposta adequada à procura pura de transporte e à mobilidade global;
- Promover a articulação correta entre as políticas de transporte e as restantes políticas económicas;

- Manter as obrigações de serviços públicos sempre que as mesmas se justificarem, sem esquecer que mesmo com Obrigações de Serviço Público se deve manter um são ambiente concorrencial;
- Evitar, sempre que possível, *deficits* operacionais;
- Reanalisar os segmentos de oferta com baixa procura ou enorme sazonalidade bem como os respetivos impactos sociais;

Na relação custo-benefício, o saldo global terá de ser positivo e, sempre que possível, e é quase sempre possível, limitar o papel da Região à construção das infraestruturas, à coordenação estratégica, respetiva fiscalização e regulação – à semelhança aliás do que se passa no mercado internacional com o qual nos relacionámos. Por exemplo, a Convenção Internacional “STCW” não permite que os Estados deleguem as suas funções de fiscalização, regulamentação e controlo em Organizações Reconhecidas – OR’s.

Porque pelo Mar, enquanto ativo estratégico e via marítima, circulam 75% do Transporte Marítimo no comércio Internacional e mais de 90% no comércio da Região e também porque, os Portos Regionais são ativos estratégicos enquanto nós de articulação da cadeia logística, devem os mesmos permitir e garantir:

- Fiabilidade;
- Competitividade;
- Baixos custos;
- Reduzidos tempos de trânsito das mercadorias;

Para que tudo isto funcione importa separar:

- Tarefas de regulação de – Tarefas de prestação de serviços operacionais de – Tarefas de fiscalização e ainda rever o regime de trabalho portuário, evitando que este seja um entrave à competitividade e sustentabilidade dos portos Regionais.

Neste novo conceito estratégico, cuja gestão integrada, mas não centralizada, já tomou forma através da empresa Portos dos Açores, S.A. e da qual se espera racionalidade na gestão dos meios que detém, é, mais do que nunca, chegada a altura de continuar a ser-se proativo, agindo e não reagindo, porque a crescente

globalização da economia e o potencial de crescimento do Mercado Interno, sobretudo em produtos que podem contribuir para a redução das importações, associada à redução possível de alguns custos de contexto, implicam também o aumento dos níveis de competitividade entre empresas, exigindo assim eficientes cadeias logísticas enquanto instrumentos indispensáveis à competitividade da Região. Hoje, podemos efetivamente falar do Sistema Portuário Regional e da sua gestão, obviamente, integrada.

Há, pois, que redefinir, e estão a ser redefinidos, novos modelos, por forma a eliminar os estrangulamentos às exportações dos principais sectores produtivos Regionais. A construção de rampas Ro-ro em todos os Portos Comerciais da Região bem como as recentes novidades para a Cabotagem Insular – racionalização de custos e de serviços, sem pôr em causa a regularidade, fiabilidade e qualidade do normal e regular abastecimento de todas as nossas ilhas, trabalhando do lado dos custos, o único possível no atual contexto – são disso bom exemplo.

As Plataformas Logísticas que no Continente Europeu, quando localizadas nos nós de interceção dos grandes corredores de transporte, fazem todo o sentido, nos Açores apenas fazem sentido em Ponta Delgada, único nó de interceção de corredores de transporte com potencial e massa crítica, capaz de funcionar eficazmente como uma mais-valia para toda a Região, sem acrescentar custos ao sistema (repito: sem acrescentar custos ao sistema).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podemos ficar e não ficaremos passivos à espera que outros nos ditem as suas certezas embora, dada a situação atual do País, a tentação de tomar por bem o olhar dos outros, em detrimento do nosso, seja grande. É um bom princípio ouvir os outros, mas só e se não se perder o sentido crítico e a noção de razoabilidade. Temos de ser pró-ativos e confiar nas nossas certezas sem contudo, repito, com respeito e sentido crítico, excluir da análise as certezas dos outros porque afinal, como alguém disse, a isso chama-se democracia.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Quem quiser intervir neste debate deve inscrever-se agora, com exceção dos líderes parlamentares e do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra por 3 minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado e devo dizer que concordo com algumas das questões que V. Exa. aqui levantou, aliás, muito pertinentes e clarividentes, sobretudo de uma forma de governar que deve ser pró-ativa e não reativa.

O que temos assistido ultimamente é a uma forma de governar em reação e não de ação. Há vários exemplos que lhe posso dar nessa matéria para se perceber o que V. Exa. disse, e bem, e o que se deve fazer.

Vamos pegar na frase de forma integrada, mas não centralizada.

O que se tem feito é exatamente o contrário. O que o Governo dos Açores tem feito, nomeadamente em relação aos transportes aéreos, é uma política centralizada, centralista e não a favor dos açorianos, a favor do desenvolvimento dos Açores e que melhor sirva os Açores, criando constrangimentos no transporte aéreo a vários níveis.

É exemplo dessa política centralista a política desenvolvida pela Secretaria da Economia e pela SATA, que também faz política...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não tem nada a ver com a intervenção...

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos numa fase de pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

O Orador: E é o que eu estou a fazer.

Presidente: Que eu tenha percebido, a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado tinha a ver com a economia do mar.

O Orador: Transportes. O Sr. Deputado Lizuarte Machado falou de transportes.

Presidente: Tinha a ver com a economia do mar.

O Orador: Da economia do mar e da rede de transportes ter funcionado de uma forma integrada mas não centralizada, medidas ativas mas não reativas.

Presidente: Eu não ouvi falar em transportes aéreos. Pode ter sido falha minha, Sr. Deputado.

O Orador: Rede integrada de transportes, no meu entender, não é entre barquinhos.

Rede integrada de transportes, por muito que incomode o Sr. Secretário da Presidência...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não me incomoda nada!

O Orador: ... é uma rede integrada de transportes.

Mas vamos falar de transportes marítimos, se é isso que preferem. Já percebi que vos incomoda os transportes aéreos.

Deputado José Rego (PS): Até porque quem tem soluções somos nós!

O Orador: Os senhores não querem falar de transportes aéreos, porque os senhores não têm uma rede integrada de transportes aéreos.

A Sra. Secretária fica aqui muda e queda, não fala. Amanhã vai dar uma conferência de imprensa a exigir as novas obrigações de serviço público.

A Sra. Secretária aqui está, vai ter oportunidade de falar nessa perspetiva de uma rede integrada de transportes.

Vamos aos transportes marítimos então.

Transportes marítimos: o que é que temos ao fim destes 16 anos de governo socialista?

Um desastre! Um navio que não passou do estaleiro, o outro que ficou no estaleiro ancorado e outros que estão agora para se fazer, sem se saber como é que vão funcionar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O desastre é dos estaleiros de Viana do Castelo!

O Orador: Continuamos a gastar dezenas de milhões de euros para ter dois barcos velhos no verão sem, ao fim de 16 anos, conseguirmos ter transporte marítimo de passageiros inter-ilhas e de carga que sirva racionalmente os Açores, e de termos uma plataforma logística racional que sirva os Açores e os açorianos.

O que temos é o centralismo e tudo centralizado numa só ilha ou em duas ilhas. Não é este modelo de transporte que serve.

As obrigações de serviço público, na rede integrada de transportes, também se aplicam obviamente ao transporte aéreo.

Continuo a insistir:

A rede integrada de transportes só funciona sendo transporte aéreo e transporte marítimo. Isso nunca foi feito nos Açores, porque nem a Atlanticoline o quis fazer...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... nem a SATA o quis fazer e muito menos o Governo Regional dos Açores, que falhou redondamente nessa matéria.

Sublinho: concordo com o Sr. Deputado Lizuarte Machado quando diz que as infraestruturas devem ser adequadas, que o uso deve ser racional, que devemos fazer investimentos tendo em conta o custo benefício.

Nessa rede de transportes marítimos é também interessante que a Sra. Secretária da Economia se pronunciasse aqui de uma vez por todas sobre o Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo (transporte marítimo de passageiros e de carga).

Era interessante ouvir aqui o tal estudo que já foi feito, que já foi desfeito, que está a ser feito outra vez, que foi apresentado novamente.

Andamos outra vez com esse estudo a ludibriar os açorianos com mais uma pré-promessa eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Gostaria em primeiro lugar de saudar a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, porque vem alertar-nos para uma situação que é importante, designadamente para as potencialidades do mar dos Açores, uma zona importantíssima para contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

No nosso entender, a estratégia marítima para a área do atlântico deve pressupor uma visão global do mar no contexto de gestão do espaço marítimo, que procure desenvolver as potencialidades do atlântico, desde os ecossistemas, à biodiversidade, às pescas, aos minérios, à segurança marítima, criando uma nova economia do mar no contexto de um desenvolvimento sustentável.

Para o Grupo Parlamentar do PSD importa que o novo Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020, da Comissão Europeia, contemple um fundo para os assuntos marítimos e das pescas, pois já a nível nacional o Orçamento de Estado já prevê cerca de 65 milhões destinados exatamente a essa matéria.

O Governo Regional, por isso, deve preocupar-se com este assunto e não deve baixar os braços, porque é importante estarmos atentos ao desenvolvimento deste Fundo Marítimo para as Pescas da União Europeia.

Nos Açores também achamos importante que esta seja uma oportunidade para que possamos assumir a nossa condição de região arquipelágica com uma ZEE e Fundos Oceânicos que perfazem 3 milhões de quilómetros quadrados, cujos recursos vivos, minerais e energéticos constituem um potencial económico de grande importância para a Europa.

Nesta minha intervenção gostaria de deixar aqui um alerta para que a Comissão Europeia estabelecesse aqui nos Açores, designadamente na Ilha do Faial, um departamento que pudesse acompanhar a estratégia marítima da Europa, pois o contributo do DOP pode mostrar-se decisivo para o desenvolvimento desta iniciativa.

Neste período de crise para os Açores o investimento no mar pode proporcionar a dinamização na economia através da criação de empresas e emprego e a formação científica e técnica alinha com esta estratégia europeia para o mar, tendo em vista o desenvolvimento de uma economia do mar ambientalmente

sustentável, que dinamize o nosso pequeno tecido empresarial e social e que contribua para a dinamização da pequena pesca artesanal aqui dos Açores.

Obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira intervenção, feita pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, e esta intervenção feita pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, versaram um tema que é extremamente importante para a nossa Região.

Estas matérias, quer no seu enquadramento comunitário, como acabámos de ouvir, quer no seu enquadramento nacional e internacional, como foi muito bem focado na intervenção inicial feita pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, são nucleares para uma Região arquipelágica e oceânica como é a nossa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Agora!

O Orador: De facto, as questões que dizem respeito à gestão do mar, e em particular aquelas que dizem respeito ao nosso posicionamento e à nossa integração no interior das estratégias que a nível nacional, a nível da União Europeia e a nível internacional estão a ser seguidas nos oceanos e em particular na bacia do atlântico, colocam-nos a nós, e em particular a esta câmara, um conjunto de novos desafios que precisam de respostas novas e de um pensamento estratégico diferente daquele que tradicionalmente nós tivemos.

Isto resulta essencialmente de dois fatores:

Por um lado, a própria evolução e o amadurecimento da Convenção do Direito do Mar e todas as questões que têm a ver com o alargamento e com a gestão nas plataformas ditas continentais, ou seja, com as zonas de fundos oceânicos que ficarão adstritas à administração de cada um dos estados;

Por outro lado, e em particular também, à profunda alteração que nesta matéria a última alteração constitucional e estatutária trouxeram à região e aos órgãos de governo próprio.

De facto, até à última alteração estatutária as nossas competências em matéria de mar eram muito reduzidas. A partir daí essas competências ficaram substancialmente alargadas e inclusivamente estendem-se para áreas que ainda não estão devidamente sedimentadas, nem testadas e reguladas do ponto de vista quer da lei, quer da própria prática política.

Há de facto todo um trabalho que tem que ser feito nesta matéria, que é um trabalho essencial porque nós estamos a falar de qualquer coisa como 3 milhões de quilómetros quadrados de território e estamos a falar de um potencial do ponto de vista da riqueza que pode ser gerada nesses territórios que é, neste momento, indeterminado mas que será certamente muito elevado.

Todos nós ouvimos falar em estimativas. Ainda recentemente foi publicado na imprensa estimativas verdadeiramente fantásticas de valores. Não sei qual é a sua origem, nem como é que isso pode ser aferido, mas a verdade é que há um potencial que por agora não é totalmente conhecido, que está aqui ao nosso lado e temos obrigação de trazer e conquistar para nós.

Por isso é fundamental que nesta câmara se comece a criar pensamento e doutrina sobre esta questão. É uma fronteira nova, é algo de novo que resulta do novo enquadramento no interior do nosso sistema institucional, do nosso sistema político, mas é também algo de novo que resulta da própria evolução internacional que esta matéria está a ter.

A intervenção que o Sr. Deputado Lizuarte Machado aqui trouxe, foi uma intervenção extremamente importante, porque ela é um ponto de partida para um debate que tem que ser feito nesta câmara e para um posicionamento que tem que ser feito, particularmente quando começam a surgir propostas legislativas oriundas da República, que põem em causa muito daquilo que a região pode fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: Sr. Deputado, é fundamental que todos se posicionem como açorianos e não como comissários de qualquer partido político.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores é que servem o Partido Socialista!

O Orador: Eu estou convencido que todos os partidos aqui presentes, incluindo o seu, saberão assumir-se como partidos que representam os açorianos e percebem que estas questões do mar são questões nucleares para o nosso futuro. Não estou a falar do nosso futuro imediato, dos próximos meses, nem sequer da próxima década, estou a falar do futuro das próximas gerações, num horizonte extremamente alargado e é fundamental que todos nós assumamos uma postura muito clara, em defesa daquilo que é a essência da nossa autonomia, a essência da sustentabilidade futura da nossa sociedade. Essa assunção tem que começar já e é fundamental que comece já no sentido de assumirmos posições claras, sabermos em que lado desta barreira é que nos colocamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Pedro Costa, agradeço as suas palavras e devo dizer que me revejo naquilo que afirmou. Portanto não há aqui nenhuma divergência.

Sr. Deputado Artur Lima, a minha intervenção abordou questões do mar e quando me referi a um sistema integrado de transportes integrado, mas não centralizado, estava a referir-me ao transporte marítimo, mas reconheço que essa integração também tem que acontecer com o transporte aéreo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: Efetivamente estava a referir-me ao transporte marítimo, mas reconheço a pertinência, porque essa integração, mas não centralização, tem que acontecer e deve acontecer com o transporte aéreo.

Eu julgo, e também na sequência do que foi dito pelo Sr. Secretário, que é fundamental e é chegada a altura de, estando a região basicamente infraestruturada no plano marítimo com a conclusão da construção das rampas ró-ró, se elaborar o plano estratégico do desenvolvimento de cada porto, integrar-se todos esses planos estratégicos, num único plano estratégico logístico regional.

Que esse plano estratégico logístico regional deve ir muito mais longe e deve fazer o levantamento de tudo aquilo que temos em termos de empresas regionais, do tráfego local, da capotagem insular. Aí, sim, perceber o que funciona bem, o que funciona menos bem, onde estão as falhas e aquilo que podemos melhorar.

A minha intervenção foi feita no sentido construtivo, penso que isso foi perceptível por toda a câmara. Sei que destoou um bocado dos tempos em que estamos a viver, mas foi uma intervenção feita no sentido construtivo e foi esse o meu objetivo.

Queria chamar a atenção para uma coisa, porque a oposição é useira e vezeira em falar dessa questão.

Quando, nesta casa, um Deputado fala da questão que se passou com os navios que eram para vir e não vieram, está a prestar aos Açores e aos açorianos um péssimo serviço, porque o Governo Regional fez aquilo que tinha a fazer, cumpriu as suas obrigações, não aceitou aquilo que não tinha contratualizado, rejeitou aquilo que tinha que rejeitar e cumpriu com as suas obrigações na defesa dos interesses dos Açores e dos açorianos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Quando nesta casa um Deputado, seja ele qual for, coloca essa questão, está a prestar um péssimo serviço aos Açores e aos açorianos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presumo que se dirigia a mim, Sr. Deputado Lizuarte Machado e como tal vou responder-lhe. Eu assumo particularmente o que o senhor disse.

Eu defendo os açorianos, os Açores, a economia dos Açores, a boa gestão e as boas finanças públicas e sobretudo o bom planeamento e as boas opções para a economia, para os transportes marítimos ou para qualquer área.

O que se passou foi desde o início, com o processo conduzido pelo Governo Regional dos Açores, pelo ex-secretário Duarte Ponte, pelos responsáveis da Atlanticoline, que encomendaram o navio,...

Deputado Francisco César (PS): Pergunte ao seu colega que estava na comissão inquérito!

O Orador: ... fizeram alterações, foram enfiando camarotes e camarotes, foram alterando o projeto inicial.

Isso não é boa gestão!

Isso não é respeitar os açorianos!

Isso é ser contra os açorianos!

É esbanjar dinheiro dos açorianos!

Foi enganar os açorianos durante anos!

O projeto inicial estava mal feito?

Aceitaram-no! Aceitaram-no, porque puseram amadores a fazer alterações a um navio.

Eu nunca disse e sempre defendi que se o navio não estava em condições, o Governo não o devia aceitar, Sr. Comandante, aqui e na Comissão de Inquérito.

Eu sempre disse aqui e nesta casa já fiz, por proposta do CDS, a Comissão de Economia avaliar o serviço público de transporte no plano marítimo de passageiros nos Açores (aqui na legislatura passada, como o senhor bem se lembra) e deu os seus resultados, Sr. Deputado.

Agora o que eu não posso compreender é:

Defendi que os Açores tomaram a opção correta de não quererem o barco.

Agora eu não branqueio, não participo em ações de amadores que levaram a que os açorianos por más opções políticas, económicas e financeiras, hoje não tenham barcos.

Essa culpa é da Secretaria Regional da Economia, é do Governo regional dos Açores e esses, sim, é que são os responsáveis por hoje em dia nós não termos barco.

A Comissão de Inquérito funcionou da maneira que funcionou.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor tem alguma queixa da Comissão de Inquérito?

O Orador: As comissões de inquérito nos Açores funcionam da maneira que funcionam, com a força de bloqueio do PS, como agora se está a verificar na Comissão de Inquérito à Saúde.

Portanto, força de bloqueio, má opção, má estratégia, mau investimento! Foi isso que os senhores fizeram.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Deputado, já passaram 2 anos! O senhor esqueceu-se!

O Orador: Não venham culpar os Deputados desta casa pelo vosso falhanço governativo na área dos transportes marítimos. Na área dos transportes marítimos os senhores falharam redondamente e defraudaram as expetativas dos açorianos.

Por isso mesmo é que é preciso que em Outubro haja mudança e mudança a sério nesta região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Onde isso já vai, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu integrava a Comissão de Economia quando foi feito esse relatório sobre o transporte marítimo de passageiros nos Açores, por proposta do CDS-PP.

Julgo que a Comissão de Economia se pode honrar do trabalho que fez nesse relatório. Foi feito com toda a dignidade, cujas conclusões são óbvias e reconhecidas por todos.

Integrava a Comissão de Economia e foi com muito prazer que trabalhei nesse relatório. Toda a Comissão trabalhou nesse relatório e elaborou um trabalho que penso que não se envergonhou de apresentar, porque o fez com toda a dignidade.

Agora, talvez o Sr. Deputado esteja na posse de elementos que eu não estou. Eu não consigo perceber que um estaleiro aceite de amadores açorianos, propostas de alteração a um projeto que no fim levam a que os Açores rejeitem o navio.

Isso é um absoluto contrassenso.

Portanto, o navio foi rejeitado, obviamente bem rejeitado, porque não cumpria com os critérios que tinham sido estabelecidos em termos daquilo que estava contratualizado.

Estar sempre a levantar essa questão e falar sempre na mesma, até pela mediatização que o tema tem tido, é estar a prestar um péssimo serviço aos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem um minuto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma pergunta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh senhor! Esse assunto está mais do que esclarecido!

O Orador: É verdade ou não que do projeto inicial o Governo Regional dos Açores e a Atlanticoline pediram alterações substanciais aos estaleiros navais de Viana do Castelo? É verdade ou não?

Sr. Secretário da Presidência e Sra. Secretária da Economia, aqui presente, é verdade ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque há pouco não pude concluir a intervenção, gostaria de retomar as questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, numa intervenção que também louvo, porque trouxe um conjunto de contributos importantes para o debate das questões do mar.

Estas questões do mar não podem ficar apenas centradas nas questões que têm a ver com a exploração do fundo do mar e com os minérios que lá existem que eventualmente terão um grande valor económico.

É preciso também neste debate não esquecermos aquilo que já é um adquirido e que tem de facto um papel extremamente importante na nossa história, em que é

uma matéria que esta Região já deu um grande contributo, quer às políticas nacionais, quer europeias, que é à questão das pescas.

Não podemos ficar de alguma maneira presos naquilo que é novo e esquecermos aquilo que é antigo.

A intervenção que o Sr. Deputado aqui trouxe, em particular as referências que fez às questões comunitárias, à criação e à gestão dum novo fundo à nova gestão que vai ser dada aos fundos relacionados com as pescas, é uma matéria que também precisa merecer a análise desta câmara e o debate na Região.

A Região mantém o seu interesse e mantém a sua vontade de ser um parceiro ativo em matéria da política de pescas.

Mantém a sua reivindicação na gestão das 200 milhas e deram-se ultimamente passos muito importantes nesse sentido, no sentido de reconhecer as questões da conservação dos recursos.

Em particular é tomada em consideração a natureza heterogénea dos fundos em torno dos Açores e da distribuição também, que está longe de ser homogénea, dos recursos pesqueiros, o que vai permitir uma abertura, para, se não a resolução total do problema das 200 milhas, uma solução que será com certeza bastante melhor que a que atualmente temos.

Embora obviamente não estejamos a abandonar a nossa reivindicação inicial, a verdade é que o debate sobre a utilização dos recursos vivos do mar, em particular na área pesqueira, mas não só, é um debate que tem que continuar e tem que ser aprofundado.

Esta é uma matéria nuclear, central, para o futuro da Região e é fundamental que esta câmara se pronuncie sobre ela.

Mais do que estarmos a discutir questões que têm mais a ver com o passado do que com o futuro, o que interessa agora é perspetivar o futuro e encontrar caminhos que nos levem a um aproveitamento sustentado e racional dos recursos do mar.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, vai desculpar-me, mas centralizou a sua intervenção em aspetos muito redutores relativamente àquilo que era o âmbito geral da minha intervenção.

Portanto, queria referenciar esse aspeto, como contraponto ao que fez o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Um processo de construção de um navio é um processo que se designa por processo interativo. É natural que durante o desenvolvimento do processo o futuro dono do navio faça as mais variadas sugestões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Jesus! Jesus!

O Orador: Importa a quem está construindo e desenvolvendo o projeto, aceitar aquelas que efetivamente podem ser aceites, em termos da construção final e do resultado final.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o centro de gravidade! Sobe mais 30 centímetros!

O Orador: Portanto, a responsabilidade é exclusiva do construtor e não da Região, que como futura proprietária do navio, tinha o direito de fazer as sugestões que muito bem entendesse.

Cabia a quem estava a desenvolver o projeto dizer, essas sugestões podem ou não ser aceites, são ou não são enquadráveis.

Quem não perceber isso, não percebe o resto do processo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado já foi aqui comentada pelo nosso Deputado António Pedro Costa, e muito bem, porque analisa uma área que penso que para todos é fundamental, que é o potencial que nós temos nos nossos mares, não só nos recursos haliêuticos, mas também nos recursos de profundidade que hoje em dia começa a chamar a atenção por todo o mundo.

Portanto, foi bem colocada aqui a questão e há uma vertente que o Sr. Deputado Lizuarte Machado colocou que acho que é fundamental, que é a necessidade de pensar bem, estruturar bem, projetar bem.

É aqui, de facto, que acho que o Sr. Deputado Artur Lima colocou o dedo na ferida.

Numa Região, como nos Açores, arquipelágica, no meio do Atlântico, se há algo de decisivo são os transportes. Ponto um.

Ponto dois: transportes marítimos nomeadamente, e também aéreos, mas no caso dos marítimos.

Se há investimento pesado em termos financeiros é nesta área: os portos, os barcos, tudo aquilo que o rodeia.

Portanto, tendo em conta não só a absoluta dependência que nós temos dos mares, mas também aquilo que são os pesos de investimento público que este tipo de investimentos têm, deveria ser das áreas melhor pensadas, melhor estruturadas nos Açores.

Aí, eu concordo com o Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem havido um défice enorme de estruturação das políticas marítimas nos Açores; tem havido um défice enorme na projeção daquilo que são as necessidades em termos de sistema de transportes marítimos nos Açores, da sua interatividade e da relação, como disse o Sr. Deputado Artur Lima, com os transportes aéreos.

Acho que o exemplo claro do falhanço estrondoso que a governação socialista teve nesta matéria, são os 130 milhões de euros que gastou em alugueres de barcos ao longo destes anos, sem termos de facto um modelo de transporte marítimo nos Açores.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o facto de se mandar fazer um navio e depois não se sabe se se adequa ou não às estruturas portuárias que temos, está tudo demasiado não pensado, demasiado não estruturado e custa demasiado caro em termos financeiros, especialmente em termos económicos aos Açores.

Acho que, Sr. Deputado Lizuarte Machado, colocar aqui a questão nestes termos, temos que refletir, porque não é uma das questões mais importantes

para os Açores, mas uma das questões mais caras financeiramente para o orçamento dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Custa ou não custa?

O Orador: Foi demasiado mau tudo aquilo que se fez ao longo destes últimos anos porque se gastou muito dinheiro sem ser pensado, sem ser estruturado e continuamos neste momento praticamente na estaca zero em muitas destas matérias. Isto não pode deixar de ser referido.

Caro Deputado Lizuarte Machado, também devo dizer-lhe outra coisa:

Não tenho conhecimentos nesta área específica, como o meu caro amigo tem, mas o senhor disse e bem que o processo da construção do navio é um processo interativo. Foi tão interativo que o Governo Regional pediu cinco aditamentos ao projeto inicial e no fim tinha um navio que não conseguia sequer aceitá-lo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é história. Isto é inevitável. Quem foi responsável por este processo foi o Governo do PS. Gastaram mal gasto, mal pensado e estamos na situação em que estamos, quase na estaca zero, 130 milhões de euros depois.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Tem três minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de voltar a questionar a Sra. Secretária da Economia no âmbito da intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, do bom planeamento, da boa racionalização e utilização dos dinheiros públicos, do custo benefício.

Eu gostaria de perguntar se a Sra. Secretária considera mais importante o cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo ou o investimento no porto oceânico da Praia da Vitória, dar dignidade àquele investimento de milhões de euros? Qual é a opinião do Governo Regional dos Açores? Gostaria que a senhora me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Tem três minutos.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção tem sobretudo o objetivo de esclarecer duas ou três questões que entretanto surgiram no debate e que estão claramente fora do âmbito da declaração inicial do Sr. Deputado Lizuarte Machado, mas nós percebemos que o objetivo aqui não é exatamente preocuparmo-nos com o futuro em termos de economia do mar, mas ir rebuscar aquele passado que pensamos que nos ajuda eleitoralmente.

Portanto, o que se está aqui a passar é que alguns partidos decidiram minorizar a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, fingindo que a apreciaram, para depois se converter isto noutra coisa qualquer que não tem nada a ver com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Tem, tem!

O Orador: Mas estamos cá também para isso. Estamos cá para perceber quando um partido se aproveita de uma determinada declaração e para corresponder a isso, se for preciso.

O Sr. Deputado Duarte Freitas, que curiosamente pouco se envolve em debates políticos puros nesta casa, decidiu que este era um assunto que lhe merecia interesse, o que é de registar e de salientar. Mas porquê? Para considerar que estamos hoje na estaca zero do transporte marítimo de passageiros e mercadorias.

Sr. Deputado, em 1996, quando o PS assumiu a governação nos Açores, não havia transporte marítimo de passageiros. Isso é que se chama estaca zero!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Quase! Quase!

O Orador: Os senhores acabaram, deixaram cair, perderam uma tradição açoriana e ainda por cima uma tradição que nos permitia ligarmo-nos melhor, conhecermo-nos melhor.

Agora vêm com a história da Região económica, mas foram os senhores que acabaram com a pouca Região económica que havia antes de 96.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por sorte Diogo de Silves chegou por mar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, isso também deve ficar aqui registado.

Depois temos a questão requentada do Atlântida e dos navios que tinham sido encomendados aos estaleiros de Viana do Castelo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é requentada é escaldada!

O Orador: Em primeiro lugar, é curioso verificar-se, ou talvez não, que os estaleiros de Viana do Castelo já desistem de concursos públicos.

Recentemente desistiram de um grande concurso para fornecimento de navios por considerarem que não tinham capacidade de fornecer o que era solicitado, embora tivessem, numa fase inicial, concorrido, o que demonstra bem o estado a que chegou, infelizmente, porque é uma empresa que também tem capital público, os estaleiros de Viana do Castelo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor quando faz uma casa contrata um empreiteiro bom ou não?

O Orador: Mas os Srs. Deputados do PSD e do CDS, nesta casa, tiveram oportunidade de constituir uma comissão de inquérito sobre esse processo. Já tiveram oportunidade de ter acesso a toda a documentação e a inquirir as pessoas que quiseram inquirir.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Já tiveram oportunidade de esclarecer o assunto.

Já se fez um relatório sobre essa matéria e alguns dos senhores Deputados aprovaram esse relatório. Portanto, o assunto está esclarecido.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Não está!

O Orador: O assunto está esclarecido nos termos de uma comissão de inquérito que os senhores quiseram que se fizesse e que permitimos, porque podíamos inviabilizar, em certa medida, que se fizesse.

Isso é transparência, democracia e é o normal funcionamento das instituições democráticas.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Outra coisa muito diferente é, quando se tem um problema na nossa casa, como acontece na Câmara Municipal de Ponta Delgada, com os mini bus, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os mini bus! Onde isto já está!

O Orador: ... e alegar-se uma qualquer desculpa jurídica para não se fazer uma comissão de inquérito.

Não temos problema nenhum com comissões de inquérito, como se verifica.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Transportes integrados, mas nem tanto!

O Orador: Quando toca aos senhores, inviabilizam as comissões de inquérito. Esta é a questão que os açorianos precisam de saber.

Quando os senhores são poder, não há comissões de inquérito.

Quando os outros são poder têm que explicar na comissão de inquérito, depois da comissão de inquérito e todas as vezes que os senhores querem.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está a desviar-se do assunto! Já vai em mini bus!

O Orador: Para terminar, precisava conseguir falar.

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: Eu termino, é preciso é que me deixem falar.

Para terminar, tenho pena que o Sr. Deputado Duarte Freitas não tenha aproveitado a sua intervenção, neste debate, falando de transportes marítimos, para explicar o sistema de funcionamento dos navios que os senhores dizem que se fossem poder trariam para a Região, para fazer ligações diárias entre todas as ilhas dos Açores, transportando produtos e produção regional de umas ilhas para as outras.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É por mar!

O Orador: Eu gostava que o Sr. Deputado, no âmbito deste debate, pudesse explicar a esta casa como é que isso funciona e que tipo de ligações diárias são essas.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação, porque segundo me recordei foi aprovada, no seguimento da comissão eventual, uma nova reformulação para o futuro, que só entrará em vigor na próxima legislatura, em relação ao funcionamento das comissões de inquérito. Não é verdade?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual é o objetivo disso, que eu não estou a perceber?

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Tanto tenho conhecimento, é verdade.

O Orador: Só a partir da próxima legislatura as comissões de inquérito poderão não ser bloqueadas pelo partido da maioria. Não é verdade, Sr. Presidente?

Presidente: A sua pergunta creio que é um bocado retórica, mas ainda hoje, se calhar, vamos ter oportunidade de analisar essa proposta.

Vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Três minutos.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, eu gostaria, em primeiro lugar, de participar no debate começando por felicitar o Sr. Deputado Lizuarte Machado, por trazer a esta Assembleia um tema com a importância que este assunto tem.

Em segundo lugar, o que gostaria de dizer também a esta câmara, é que não vou falar de obras em portos, não vou falar...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor teve calado o tempo todo!

O Orador: ... do navio Atlântida.

Há uma comissão de inquérito que já se pronunciou sobre isso e esse assunto pode ser trazido tantas quantas vezes esta Assembleia entenda.

Na parte que tive a ver com este assunto, estou inteiramente disponível para aquilo que for necessário.

Não vou falar de propostas eleitorais. Outras circunstâncias existem em que isso permitirá

Gostava de aproveitar esta intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado para, para além daquilo que ele referiu na sua intervenção, chamar a atenção ou pelo menos salientar algo que me parece verdadeiramente importante neste momento e a este propósito.

É importante que todos nós nos Açores tomemos consciência que este património que está à nossa disposição e que tem a ver com a exploração dos recursos do mar não é algo que se possa dar como adquirido, como sendo algo que reverterá apenas em benefício da nossa Região.

Julgo que é essencial que todos, nesta câmara, e fora dela, tenhamos consciência da importância de estarmos mobilizados para afirmar que este é um património nosso.

Este é um património que, em primeiro lugar, deve beneficiar os Açores ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor agüente mais um bocadinho para mais ninguém falar!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Presidente, não sei se é ou não regimental, mas gostaria de deixar um protesto em relação a este aparte do Sr. Deputado Clélio Meneses, porque eu estou no uso da palavra no tempo que me foi concedido pela Mesa.

Presidente: Exatamente. Faça favor de continuar.

O Orador: Esse tipo de insinuações é perfeitamente absurdo.

Gostaria de salientar a este propósito esta questão e julgo que temos todos, desde os responsáveis políticos, trabalho a fazer sobre essa matéria, ou seja, trabalho a fazer quando há consciencialização de que o que está aqui em causa não é algo que possa ser dado por adquirido como nosso.

Deputado João Costa (PSD): Nem devia falar! Não estava inscrito!

O Orador: Existem forças, existem interesses legítimos, naturalmente, que a este propósito se movimentam e que estão de olho nestas riquezas, que são as riquezas do mar dos Açores.

Aquilo que gostaria de apelar neste momento como Deputado desta casa, é que é importantíssimo este trabalho a desenvolver por todos nós quanto à questão da sensibilização para a importância destes recursos, quanto ao potencial que eles têm para a nossa Região e quanto à necessidade de nos unirmos em defesa daquilo que é nosso. Aquilo que é nosso, neste caso, é o nosso mar e os recursos que ele encerra.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Devo fazer um pedido de desculpa à câmara. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não se tinha inscrito inicialmente e eu não lhe poderia ter dado a palavra.

O erro foi meu e eu assumo-o.

Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para um contraprotesto.

Presidente: Desculpe Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor não pode fazer um contraprotesto, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não fez nenhum protesto, usando de uma figura regimental.

Quer protestar?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fui interpelado diretamente pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

Presidente: Tem três minutos.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma coisa lamentável. É os nervos, a raiva, a inquietude. Estão nervosos, raivosos. É uma coisa lamentável.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em apartes fiz referência à inusitada participação parlamentar do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que levou uma semana inteira calado e apenas a três minutos do final da hora regimental...

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é que o senhor tem a ver com isso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não vamos lá.

Sr. Deputado Clélio Meneses faça favor de continuar.

O Orador: ... pede a palavra sem estar inscrito.

É, de facto, politicamente significativo que alguém que foi deputado durante vários anos, que foi líder parlamentar durante vários anos, que foi secretário regional em várias pastas durante vários anos, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está aí só para isso!

O Orador: ... que foi Secretário Regional da Economia e não resolveu o problema dos transportes marítimos de passageiros inter-ilhas, depois desiste de ser Secretário Regional da Economia e passa para deputado, está calado o tempo todo, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor nem sabe o que está a fazer!

O Orador: ... foge ao debate e apenas a três minutos do final da hora regimental, para que ninguém o interpele relativamente às suas responsabilidades, se inscreva. Isso só é relevante politicamente e mereceu o meu aparte.

O meu aparte foi tão pertinente, tão pertinente que mereceu da parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro o descontrolo que evidenciou na sua intervenção.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Tem três minutos para um contraprotesto.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para exercer a figura de contraprotesto.

Eu não sei como é que as coisas se passam no seu partido, Sr. Deputado Clélio Meneses...

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): A gente elege as pessoas!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É um bocadinho diferente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor de continuar.

O Orador: ... mas pelos vistos só falam quando lhes mandam.

Aqui nós falamos quando entendemos que devemos falar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Relativamente às questões que foram suscitadas no debate, no sentido diferente daquele que foi a minha intervenção e tocando em assuntos como o navio Atlântida, como o modelo de transporte marítimo de passageiros, como todos esses aspetos, gostava de dizer, para descansar o coraçãozinho do Sr. Deputado Clélio Meneses,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está descansadinho!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que estou disponível, onde e quando o senhor quiser, ou qualquer deputado desta casa, para participar nos debates que fizerem sobre essa matéria.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de pedir desculpa à câmara, porque quando pedi a palavra não estava recordado desse aspeto do Regimento. Se fiz abusivamente, peço desculpa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Terminámos o nosso PTAP, vamos fazer o nosso intervalo para almoço.

O Sr. Deputado Artur Lima continua inscrito.

Continuamos às quinze com a agenda.

Até logo e bom almoço.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Vamos recomeçar com a agenda.

Temos ao abrigo do artº. 81º. do Regimento a **Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012 – “adapta à Região Autónoma dos Açores do Código do Trabalho e respetiva regulamentação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para a respetiva apresentação dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, tal como se comprometeu - nesta Casa e perante os/as trabalhadores/as Açorianos/as -, entregou a sua proposta de adaptação, à Região, do novo Código de Trabalho, sob a forma de Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Fazemo-lo, porque a crise económica e financeira que assolou o mercado internacional, reflete-se em Portugal e nos Açores, afetando duramente os mais desprotegidos e sem emprego da nossa comunidade. A crise social não permite a indiferença dos poderes públicos.

A situação preocupante e desesperada em que se encontram muitas famílias açorianas, com o desemprego e em situações de mera sobrevivência, não podem ter, na legislação do trabalho, o agravamento deste contexto negativo.

Fazemo-lo, porque a matéria legal referente ao trabalho é, por dispensa Constitucional, inteiramente apropriada pelo Estatuto Político-Administrativo dos Açores. A Assembleia Legislativa dos Açores não precisa de se cingir à mera “regulamentação “ da Lei da República. Pode ir mais além, querendo, e estabelecer a sua própria norma.

O Projeto que, hoje e aqui, apresentamos, é uma adaptação, adotando capacidade legislativa própria sem, contudo, inovar na sistematização jurídica. Tal não era necessário. E porém o modo é suficiente. Cremos estar a concorrer para o exercício de uma faculdade, plenamente constitucional e, no entanto, respeitando um critério de proporcionalidade, na evolução legislativa regional, no quadro do ordenamento nacional.

O Bloco de Esquerda/Açores não altera, nesta sede, o normativo que veio limitar o gozo de feriados nacionais. Tal matéria, controversa que seja, não está totalmente liberta de reserva de soberania. No risco, optamos pela segurança de uma ulterior revisão da Assembleia da República, válida para o todo nacional.

Fazemo-lo, também, tendo como referência o Código de Trabalho de 2009, não por se tratar de uma escolha política. São, aliás, conhecidas as divergências profundas, do Bloco de Esquerda, relativamente a tal Código.

O que propomos é que se mantenha o ordenamento jurídico de 2009, que resultou de uma maioria socialista, na Assembleia da República, sendo, neste caso, de todo apropriado o aforismo popular – para pior já basta assim!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pretexto da atual crise económica e sob o manto da competitividade da economia do país, a atual maioria na Assembleia da República - suporte do governo PSD/CDS -, aprovou profundas alterações ao Código de Trabalho.

Como todos sabemos, mesmo lendo a cartilha da escola de Chicago de forma ortodoxa, as alterações nele introduzidas, nada têm a haver com competitividade. Antes, visam, claramente, aumentar as gritantes desigualdades sociais existentes neste país, através do aumento da exploração de quem trabalha.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Quando se coloca, totalmente, na mão da entidade patronal, a total discriminação para o despedimento, coloca-se (de forma capciosa), no lixo, a norma Constitucional da proibição de despedimento sem justa causa.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Quando se diminuem, drasticamente, as indemnizações devidas aos/às trabalhadores/as, ou se colocam estes/as a trabalhar (sem aviso prévio), horas a fio, mesmo sem a sua concordância, é a defesa da família – conceito tão, retoricamente, caro a muitos – que se põe em causa, porque as pessoas têm de estar ao serviço do lucro, deixando de ser pessoas e passando a ser máquinas. Na mesma linha, este Código obriga a trabalhar horas sem fim, na total arbitrariedade da entidade patronal e, quando se chega às horas extraordinárias, estas ficam ao preço da chuva.

Deputado José Cascalho (BE): É verdade!

A Oradora: E o desrespeito pelo estatuto de trabalhador-estudante desmentem as públicas proclamações sobre a necessidade de premiar o esforço, o mérito e o empenho. Porque é aos trabalhadores-estudantes que é dado um corte substancial dos seus direitos, inviabilizando, na prática, para muitos/as, as condições de ascenderem ao conhecimento, a uma mais vasta preparação para um mundo globalizado e para o trabalho. A tão falada facilitação da mobilidade social não passa, afinal, de palavras ocas.

Se mais razões não houvesse, neste famigerado Código de Trabalho, só estas são necessárias e suficientes para justificarem esta iniciativa do Bloco de Esquerda/Açores.

Repor alguma decência, nas relações laborais - é este o nosso intuito.

Os/as trabalhadores/as Açorianos/as esperam que, nesta Casa, o respeito pela vida de quem trabalha seja uma regra da nossa vivência democrática. Aqui está mais um humilde contributo.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Creio não haver pedidos de esclarecimento.

Assim sendo passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 – “livre acesso e exercício de atividades económicas na Região Autónoma dos Açores.

Rege a grelha de tempos habitual.

Para apresentar o diploma dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Economia.

(*) Secretária Regional da Economia (Luísa Schanderl): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende a adaptação à Região do Decreto-Lei 48/2011, não só no seu conteúdo, mas também mais abrangente.

Esta proposta pretende reduzir encargos administrativos por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para certas atividades que normalmente são exercidas pelo setor comercial, restauração, bebidas, serviços e armazenagem.

As licenças, autorizações administrativas, são agora substituídas por uma mera comunicação prévia, que permite ao agente económico proceder de imediato à abertura do estabelecimento ou à sua atividade comercial.

Aumenta-se deste modo a responsabilidade dos agentes económicos reforçando-se para isso e para o efeito a fiscalização e agravando-se o regime sancionatório.

Elimina-se a necessidade de possuir na Região dois registos: o comercial e o de cadastro comercial, uma vez que o Decreto Legislativo Regional 19/93/A, do cadastro, é revogado.

Foram excecionados deste regime os processos de licenciamento especiais sujeitos a licenciamentos e procedimentos específicos, nomeadamente as grandes superfícies.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados está aberto o debate. Aceitam-se inscrições.

Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo desta legislatura o PS e o seu governo desenvolveram um conjunto de iniciativas promotoras da melhoria do acesso e do exercício das atividades económicas na Região por forma a termos um tecido empresarial mais sólido e inovador, potenciador da criação de emprego e de mais riqueza.

Este trabalho foi desenvolvido ao nível dos sistemas de incentivo Empreende Jovem, do SIDER, do PROENERGIA, da simplificação do regime de licenciamento industrial, do regime da certificação energética dos edifícios, da atualização das garantias bancárias em empreitadas públicas, das cauções prestadas pelas empresas aquando da exploração de inertes, ou até da alteração dos sistemas de apoio à promoção dos produtos açorianos.

Todavia, importa referir que continua a existir custos de contexto da iniciativa privada que devem ser reduzidos, através da diminuição de encargos administrativos, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para certas atividades, nomeadamente dos setores do comércio, dos serviços de armazenagem ou da restauração e bebidas.

Assim, esta iniciativa que agora discutimos, simplifica o regime de acesso, reduz procedimentos, reduz a burocracia administrativa, promove o desenvolvimento da iniciativa privada e ao mesmo tempo aumenta a responsabilidade dos agentes económicos.

A simplificação administrativa faz-se nomeadamente através da limitação da obrigação de autorização prévia aos casos em que esta seja indispensável, através da limitação de prazos das entidades que dão pareceres ou decidem sobre os licenciamentos.

O reforço da simplificação de procedimentos administrativos passa por assegurar a cada investidor que tenha um interlocutor único, através do qual possa cumprir todos os procedimentos e formalidades do licenciamento

A criação de um sistema de procedimentos e formalidades efetuadas por via eletrónica, constitui também uma condição indispensável para a simplificação administrativa, quer para os prestadores de serviços, quer para os consumidores ou ainda para as autoridades competentes para o licenciamento ou informação.

Por isso, um balcão único eletrónico previsto no diploma e que deverá estar em funcionamento 90 dias, após a entrada em vigor deste diploma ou o formulário eletrónico a disponibilizar no portal do Governo, potenciarão a simplificação prevista.

Face ao exposto estamos perante uma iniciativa de primordial importância para o desenvolvimento da atividade económica, que vai ao encontro de muitos investidores, que muitas vezes eram dissuadidos a levar avante muitos dos seus projetos, quer por falta de interlocutor único ou até mesmo pelas barreiras que lhe eram colocadas pela frente, acabando por vezes com os sonhos, que eram os sonhos da sua vida.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Grande comício!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que votaremos a favor deste diploma, mas esta breve intervenção tem já a ver com o âmbito da especialidade do documento, porque o BE faz uma pequena proposta de alteração e aditamento ao artigo 5º e nesse artigo o que nós vemos é que no ponto 2, temos um caso de deferimento tácito,

isto é, neste caso específico, a comunicação prévia pode ser deferida tacitamente se a Câmara não se pronunciar após um prazo de 20 dias.

Portanto, o que queremos é fazer uma alteração desse deferimento tácito e exigir que haja uma resposta da Câmara. Aliás, com a alteração que é proposta pelo próprio PS, esta apreciação da comunicação é agora apenas da competência do Presidente da Câmara.

Portanto, não há necessidade nenhuma de haver um deferimento tácito para esta situação em concreto.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa apresentada pelo Governo Regional vem na sequência de uma que já foi apresentada pelo anterior Governo da República e que visa simplificar encargos administrativos, encargos de contexto para quem pretende investir, para quem pretende ter o seu negócio, para que de uma forma mais célere, mais eficaz e com menos custos consiga não só começar uma atividade como fazer alterações dentro da sua própria atividade e conseguir que não seja por constrangimentos burocráticos que haja o impedimento de prosseguir os seus fins.

De qualquer das formas há aqui determinadas situações que penso que não foram muito bem clarificadas e gostaria, se houvesse disponibilidade da parte do Governo Regional, aprofundar determinados pontos deste mesmo diploma.

Um deles vai ser evasivo, porque também a intervenção da Sra. Secretária foi evasiva, quando diz que este é mais abrangente em relação ao diploma nacional. Gostaria que a Sra. Secretária explicasse em que pontos específicos é que ele é mais abrangente em relação ao diploma nacional.

Depois temos aqui uma situação em que o Governo Regional resolve criar uma entidade coordenadora. Como é que irá funcionar essa entidade coordenadora, uma vez que no diploma nacional não existe a entidade coordenadora, existe um prazo para as tais comunicações prévias com prazo, existe um prazo para outras

entidades darem determinados pareceres e nomeadamente a questão dos municípios é essencial nesses processos de licenciamento, como muito bem sabe.

O papel dessa entidade coordenadora também não sabemos muito bem, porque ele não está aqui definido neste diploma. Isso será regulamentado posteriormente.

Também gostaríamos de saber como é que essa entidade reguladora irá funcionar, se irá funcionar com senhas de presença, se é mais um organismo que o Governo irá criar e quem são os membros que poderão fazer parte dessa entidade coordenadora?

Penso que o Governo Regional já deve ter isto em mente quando especifica a criação desta mesma entidade coordenadora.

Há aqui outros dois pontos: um tem a ver com a questão da instalação.

Na mera comunicação prévia o Governo Regional diz que há aqui um conjunto de situações para iniciar a atividade, que não há necessidade da emissão doutras licenças, autorizações, validações, autenticações, etc., etc, pagamento de taxas.

Eu pergunto à Sra. Secretária: e as taxas municipais?

Sabendo que possivelmente não teria de estar aqui especificado, teria sempre de ser salvaguardado, porque penso que não há isenção em relação às taxas municipais, porque isso é uma competência do município, não é uma competência da Região, na questão das receitas das autarquias, impor isenções ou deixar de pôr isenções.

Aliás, na legislação nacional, a Sra. Secretária sabe muito bem que existe a especificação em relação à questão das taxas.

Inclusive o balcão único ou o balcão do empreendedor, criado a nível nacional, permite prestar essa informação, o pagamento.

Claro que, posteriormente, tem que ser no município que diz respeito, mas a informação pode ser prestada também neste balcão do empreendedor a nível nacional.

Aqui, nesta competência, o balcão eletrónico, não sei até que ponto é que o Governo também irá disponibilizar esse tipo de informação.

Depois, na comunicação prévia com prazo, há aqui uma questão prática, porque penso que quando olhamos para a legislação, a intervenção do Sr. Deputado José do Rego, fala muito pela rama, muito genericamente, mas isso tem depois aplicações práticas.

No artº. 5º., alínea b), do nº. 6 (se bem que isso na lei nacional está especificado) diz que “precisa de comunicação prévia com prazo, instalações fixas nas quais ocorram menos de dez eventos anuais”.

Ora, sabemos que nas nossas freguesias, nos nossos concelhos, nas nossas ilhas, existe um conjunto de acontecimentos, de eventos, nomeadamente festas, que têm instalações fixas com menos de dez eventos anuais.

Portanto, na legislação anterior só precisariam de uma autorização por parte do município. Com esta legislação vão precisar de uma autorização do município e outra autorização da entidade coordenadora.

Gostava que a Sra. Secretária nos descansasse em relação a esta solução preconizada aqui pelo Governo Regional.

Para já era apenas isto.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa situação de conjuntura económica difícil e sabendo todos nós as dificuldades por que passa o mundo de um modo geral, Portugal e os Açores, todas as iniciativas que visem facilitar a atividade empresarial, de um modo geral, e nesse caso concreto a atividade comercial, são sempre bem-vindas.

Neste caso concreto julgamos que é importante que se leve a cabo, que se empreenda a motivação de agentes económicos, se possa por esta via criar riqueza, criar emprego, mas tudo isso só é possível quando as empresas tenham um ambiente favorável, um ambiente facilitador, como habitualmente se diz.

Nesse caso é preciso que haja agilização de processo, é preciso que haja a desburocratização que este diploma também promove.

O Estado (segundo o PSD, entende, e todos somos unânimes em pensar assim) tem de ser um facilitador e não um complicador das iniciativas empresariais,

sendo certo que as cautelas que têm que existir, têm a ver com o facto da preservação do bem-estar das pessoas, não só as que lá trabalham, cumprindo a lei, mas toda a envolvente, nomeadamente, habitações, pessoas e bens na envolvente dessa atividade comercial.

Não deve ser complicador, deve ser um Estado facilitador de modo a que os empresários se sintam acarinhados a poder desenvolver as suas atividades.

Tudo o que sejam (este diploma também o refere) encargos inerentes à demora na aprovação de projetos ou licenciamentos, são sempre elementos constrangedores da iniciativa privada, da iniciativa empresarial.

Portanto, deverão ser banidos da nossa legislação, sob pena, de estarmos, por um lado, a argumentar que queremos mais empresas, mais riqueza, mais emprego e, por outro lado, não criar o ambiente facilitador que permita que os empresários, porque são eles que criam emprego, possam promover essa mesma riqueza e este mesmo emprego.

Por tudo isso, o PSD vai votar favoravelmente este diploma e antecipo já a votação na especialidade, em que também votou na Comissão, favoravelmente, as propostas de alteração que acolhem boa parte das propostas dos parceiros sociais ouvidos em sede de Comissão de Economia.

O PSD vota favoravelmente essas propostas.

Relativamente à proposta de alteração do BE, porque contraria os princípios que acabei de referir em nome do PSD, nomeadamente a agilização, a facilitação e todo o processo de licenciamento e de aprovação de projetos, introduzindo mais uma pequena demora, é um sinal com o qual não concordamos, por isso mesmo vamos votar contra a proposta de alteração e aditamento, apresentada pelo BE.

Por isso tudo, vamos votar favoravelmente, mas deixe-me fazer um pequeno aparte, aparte em discurso, referindo que o nosso otimismo (é otimismo!) não é tão eufórico quanto o otimismo do Sr. Secretário José Rego, mas eu também percebi qual era o intuito da sua intervenção.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obrigado pela referência, Sr. Deputado Jorge Macedo, mas julgo que este diploma é difícil, como há pouco o Sr. Deputado Pedro Medina referenciava.

O exemplo está na aplicabilidade do diploma nacional, onde está a haver alguma dificuldade.

O próprio Governo atual vai fazer alterações ao diploma do licenciamento zero a nível do País e muitas das medidas, que foram tomadas há um ano atrás, só em 2013 é que entrarão em vigor relativamente a este licenciamento zero.

A questão do interlocutor único, que levanta o Sr. Deputado Pedro Medina, que aqui no nosso diploma, está clara no artº. 11º. É uma entidade única e essa entidade está definida, é a Direção Regional.

Não podemos ter empresários a ir bater à porta da Câmara e a Câmara dizer que é preciso ir à Direção Regional da Indústria, à Direção Regional da Energia, fazer isto, aquilo ou aquele outro.

Portanto, temos que partir não para o balcão empreendedor que é o balcão a nível nacional, mas para o balcão eletrónico único dos Açores.

No princípio vai começar por ser só o formulário eletrónico no portal do Governo, tal como já é hoje feito na certificação energética ou até no PROENERGIA. Portanto, é o primeiro caminho.

Este diploma vai entrar em vigor daqui a 90 dias, mas tem alguma regulamentação e, portanto, será feito através do balcão eletrónico único em que as pessoas terão um interlocutor único. Aí é que diminuámos a burocracia.

Ao ir a um sítio, mandar a outra capela, etc, vai dissuadir os empresários de investirem.

Aquelas pessoas que muitas vezes sonham que querem fazer o seu negócio, a primeira porta que batem muitas vezes é a mais próxima, que é a Câmara, que manda da Câmara para o Governo, do Governo para a Câmara, de licenciamento em licenciamento.

A pessoa, num único sítio, deve tratar do seu licenciamento, independentemente de ter de pagar taxas, taxas essas que são das competências dos municípios e as quais não temos competências sobre elas.

Nos seus regulamentos elas hoje são claras e continuarão a ser claras.

Relativamente a isto e as pessoas deverão pagá-las e menos do que pagam hoje.

Deve haver um esforço. Se queremos potenciar a implantação de empresas, tem que haver em algumas Câmaras esse esforço, e deverá continuar a haver, porque sabemos que são as empresas que dão vida às nossas terras, que criam riqueza e que dão trabalho.

Portanto, a implantação destas empresas deve ser facilitada e não ser taxa sobre taxa, como nós vemos algumas Câmaras a impor.

Não nos compete estar a definir se é a taxa “x”, “y” ou “z”. É uma competência municipal.

Há áreas neste diploma que não estão referidas e que estão referidas no diploma nacional, como a implantação de toldos ou esplanadas que são competências do domínio público municipal e compete às Câmaras tratar deste assunto, por isso não está aqui tratado.

Mas, Sr. Deputado Pedro Medina, julgo que se tiver o cuidado de ver este diploma, ele vai para além do diploma nacional. Vemos que ele vai para além do diploma nacional (sei que o senhor sabe).

Se for ver a quantidade de CAEs, de áreas de investimento que passam a estar aqui introduzidas neste diploma, está para além do que está no diploma nacional.

A própria revogação do diploma das áreas comerciais de maior dimensão do retalho foi introduzida. Não está no diploma nacional, mas entendemos que a nossa especificidade leva a que grandes superfícies do retalho não sejam tão grandes nas ilhas mais pequenas, assim se pode dizer, e tenham uma dimensão razoável nas ilhas maiores.

É uma matéria que também foi agregada a este diploma.

Por fim, queria ainda dizer, relativamente à proposta do BE, que quando discutimos na especialidade (já que o Deputado Jorge Macedo opinou sobre ela)

há prazos que foram reduzidos no licenciamento, prazos esses que eu tive o cuidado de ir ver agora se por acaso a vossa proposta ia ao encontro da nacional, se queriam manter o que estava no nacional.

No nacional tem 20 dias. Entendemos que é um número de dias razoável, que deve fazer uma pressão que muitas vezes pode não ser tão boa como se possa crer, mas a pressão de quem decide sobre o licenciamento é muito importante.

Não podem ficar nos Gabinetes do Governo, das Direções Regionais, muitas vezes, determinados processos parados indefinitivamente. É uma das medidas que leva a que potencie o investimento e devemos sempre criar um conjunto de medidas que facilitem e que não sejam impeditivas deste investimento.

Relativamente, Sr. Deputado Pedro Medina, ao balcão empreendedor, às taxas municipais ou quem dá autorizações. As que são municipais continuam a ser dadas pelas câmaras municipais, mas através do tal balcão ou através daquele interlocutor único.

Hoje, dirijo-me diretamente à Secretaria da Economia e é a Secretaria da Economia, através do seu interlocutor único, que contactará, que pedirá as licenças que forem necessárias aos municípios.

Portanto, não queremos que um empresário ande de porta em porta a pedir as respetivas licenças.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do quadro que se viva, seja este quadro completo de crise económica e social, seja um quadro mais favorável, é entendimento do PCP que o Estado deve simplificar e facilitar a vida aos cidadãos e às empresas. Aí não temos nada contra.

Relativamente ao diploma que nos é aqui apresentado, ele recupera uma questão que julgamos que tem mais a ver com a demissão da Região e do Estado do que propriamente da não interferência e que tem a ver com os deferimentos tácitos.

Julgo que a administração tem que responder em tempo útil. Deve fazê-lo em tempo útil sem de facto complicar a vida dos cidadãos, nem deixar os cidadãos e as empresas embrulhados em procedimentos burocráticos.

Os deferimentos tácitos e reduzir o início da atividade a uma mera comunicação, pensamos que não tem a ver propriamente com a simplificação e com a desburocratização. Tem mais a ver com a demissão das responsabilidades que são da administração, que são da Região, que são do Estado.

Portanto, temos estas dúvidas relativamente a este diploma, assim como já manifestámos dúvidas semelhantes relativamente a outros diplomas que seguem a mesma filosofia, isto é, a do deferimento tácito, embrulhando isto para os empresários e para os cidadãos, como se fosse um processo de simplificação, quando no nosso entendimento trata-se de uma atitude demissionária das responsabilidades e de desculpabilização de alguns atrasos na resposta quer às empresas, quer aos cidadãos.

A posição do PCP relativamente à votação deste diploma será de abstenção.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma segunda intervenção, muito rápida, para fazer algumas referências à intervenção do Sr. Deputado José do Rego.

Começar por dizer que afinal sabia mais do que pôs aqui em Plenário, na sua primeira intervenção.

Ficámos esclarecidos em relação a alguns pontos que nos provocaram algumas dúvidas nesta matéria, relativamente a este diploma apresentado pelo Governo.

A nossa preocupação continua no sentido, como disse e muito bem, da aplicabilidade, devido ao conjunto de matérias que versam aqui neste diploma e em legislação transversal também, que vão desembocar na decisão final desses processos.

Gostaríamos de deixar essa ressalva, deixar essa chamada de atenção, mas dizer, com certeza, que na generalidade o diploma é positivo na medida em que

à partida pelo menos não temos nada que indique o contrário, vai agilizar aqui um conjunto de processos que são muito positivos.

O Sr. Deputado José Rego só não respondeu à pergunta que eu levantei aqui, sobre os tais estabelecimentos que são pedidos para os períodos de festas.

Penso que aqui complicou um bocado para quem quer instalar esses equipamentos nessas freguesias e nesses concelhos, nomeadamente, a chamada tasquinha, a tasquinha das festas.

Apesar de ser balcão único eletrónico, pode ser o registo feito pela internet.

Não sei se isso depois na prática não vai criar mais um constrangimento, até porque onde é que este procedimento pode ser feito? Pode ser feito através da rede RIAC, neste apoio que pode ser dado diretamente? Pode ser feito a Câmara Municipal a desencadear este processo?

Era só este esclarecimento que gostaria que o Sr. Deputado ou o Governo nos esclarecesse.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Medina, julgo que relativamente a esta matéria a resposta o senhor tem. Se vai ser criado o balcão único, está simplificado. É através daí.

Não pode é o senhor continuar com aquela penumbra de como é feita a venda ambulante.

Se vir nas propostas de alteração que aqui estão, há uma que é o revogar um dos diplomas da venda ambulante.

Há um diploma nacional sobre a venda ambulante que retrata os vários passos que têm que ser seguidos.

Julgo que é uma matéria que devíamos ter um diploma próprio na Região, no próximo futuro, já não será para esta Legislatura, mas devíamos ter a preocupação pela venda ambulante.

O caso específico que está a pôr de uma festa, isso será feito no balcão, será feito através do interlocutor único e não ir buscar licença para isto, licença para aquilo. Viu o impacto que já teve nessas festas a inspeção.

É importante que toda a gente saiba como e onde fazer isto e é este interlocutor único que irá facilitar o acesso ao licenciamento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu já percebi!

O Orador: O senhor pode estar em Ponta Delgada ou onde quer que esteja e através do seu computador pode licenciar e não ter, necessariamente, ir de freguesia em freguesia para ir à Câmara Municipal.

Onde é que o vai fazer? No seu próprio computador, não necessariamente na RIAC.

Na sua própria casa a pessoa pode fazer o respetivo licenciamento.

A RIAC facilita com técnicos, com pessoas que lá estão, terá os instrumentos acerca dessa matéria.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para transmitir a esta câmara a posição do PPM em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Consideramos que sendo o objetivo a simplificação do exercício das atividades comerciais e também funcionar enquanto elemento de dinamização do tecido económico regional, esses objetivos estão devidamente enquadrados.

Este diploma significa um passo em frente no âmbito dessas matérias.

Isso significa criar um contexto mais favorável para a dinamização do nosso tecido económico e o surgimento de mais atividades neste âmbito.

Portanto, nesse sentido o PPM informa que vai votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Creio que não há mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra para o debate na especialidade.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na Comissão tive oportunidade de explicitar algumas das propostas de alteração que constam do respetivo parecer.

Há propostas que visam melhorar o diploma em termos de algumas correções, em especial de remissões, e sobre este diploma nós pedimos dois pareceres importantes, um à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e outro à Associação de Municípios da RAA.

Relativamente à Câmara de Comércio e à AMRAA, houve algumas questões que o PS entendeu apresentar algumas propostas de alteração em Comissão, que já foram apoiadas por outros partidos na própria Comissão.

O diploma proposto pelo Governo remetia algumas das decisões que o diploma nacional concentrava no Presidente da Câmara para a Câmara Municipal.

Por entendermos que a Câmara Municipal muitas vezes reúne só de 15 em 15 dias, algumas câmaras, era um atrasar do processo de licenciamento.

Deve-se concentrar as decisões no Presidente de Câmara, podendo ele delegar noutras entidades, se assim o entender, nos Vereadores ou até nalgumas divisões.

Todavia, há outras questões no diploma que referenciam a Câmara Municipal. Quando se diz informar a Câmara Municipal não tem que ser necessariamente o Sr. Presidente da Câmara.

O diploma nacional fala em Presidente de Câmara, informar a Câmara através dos seus serviços técnicos.

A proposta de eliminação para o artº. 11º. é feita porque entendemos que a entidade coordenadora deve estar definida no início do diploma, por isso há uma proposta de aditamento para o artº. 2-A da entidade coordenadora.

A Câmara do Comércio apontava que algumas das coimas eram muito elevadas. Foi entendimento do PS, e doutros partidos em Comissão, que estas coimas, principalmente para as pessoas coletivas, o seu mínimo fosse o máximo das pessoas singulares, ou seja, há uma grande redução efetiva nas coimas.

Não se mexeu nos limites máximos. Continuam a ser coimas de valores relativamente importantes no seu máximo, mas o mínimo, que muitas vezes são as coimas que são aplicadas no entendimento das entidades, se for esse o entendimento, vai ao encontro do pedido da Câmara de Comércio.

Aproveito a oportunidade para falar das propostas de alteração que entretanto o PS entregou à câmara.

Essas propostas, algumas delas, visaram reforçar a informação aos nossos investidores sobre os diplomas regionais.

Há um anexo III, onde dizemos que os empresários tornam-se mais responsáveis porque eles, ao fim e ao cabo, se respeitarem as leis “x”, “y” ou “Z”...

Havia uma referência a leis nacionais e nós tínhamos os nossos decretos legislativos regionais sobre aquela matéria e é aí que nós melhoramos o diploma.

No diploma da poluição atmosférica, que está referido no nacional, ainda não foi colocado o número do Decreto Legislativo Regional, porque está em publicação esta semana na Assembleia da República. Provavelmente até à redação final será colocado o número deste respetivo Decreto Legislativo.

Outra referência é à proposta que nós fazemos para o artº. 5º.

Retirámos a proposta apresentada na comissão, para que se faça uma votação mais simples, porque fizemos outra proposta para este mesmo artigo.

Fazia referência aos monumentos nacionais e portanto há monumentos de interesse regional. Tudo o que era nacional foi classificado em interesse regional.

Fizemos isto para melhorar o diploma.

Presidente: Vamos passar à votação.

Proponho à câmara se houver acordo, claro, votarmos todas as propostas advindas da Comissão e subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS, que são todas as da Comissão, menos a proposta para o artº. 5º. da Comissão.

Diga Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Queria propor a votação separada para a proposta do artº. 3º. e 30º.

Presidente: Muito bem. Todas menos esta. É isto Sr. Deputado, não é?

Então vamos votar a proposta advinda da Comissão para o artº. 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta advinda da Comissão para o artº. 30º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora todas as restantes propostas advindas da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As restantes propostas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara, relativamente às propostas do PS, se também posso colocá-las à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração proposta pelo BE para o nº. 2 do artº. 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos contra o PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 4º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Sr. Deputado Pedro Medina pede a palavra para?

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Era para, se fosse possível, votar separadamente a alínea b), do nº. 6, do artº. 5º.

Presidente: Vamos votar agora a alínea b), do nº. 6, do artº. 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 4 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artº. 5º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do artigo foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 6º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o nº. 4 do artº. 14º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora os restantes números e artigos do artigo 14º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstêm faça favor de se sentar.

Secretário: A parte restante foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora todos os restantes artigos da proposta, com exceção dos que já votámos: 3º., 4º., 5º., 6º. e 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os restantes artigos foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina pede a palavra para?

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto muito breve para dizer que o CDS, como bem afirmou, apoiou esta iniciativa do Governo Regional.

Não podia era acompanhar o Governo Regional criando uma situação que vai criar grandes problemas, grandes constrangimentos a quem pretende associar-se a alguns eventos de carácter cultural, religioso, desportivo da nossa terra.

Se eu dei o exemplo das festas de freguesia concelhias, podia ir para as festas do Divino Espírito Santo, podia ir para as associações culturais, para as bandas filarmónicas, associações de escuteiros, agrupamentos de escuteiros...

Podia dar aqui “n” exemplos de eventos que, às vezes, para angariação de fundos, há falta de financiamento público para essas entidades promover.

O Governo Regional muitas vezes, por indisponibilidade financeira, não pode disponibilizar essas verbas e obriga essas entidades para além de terem que pedir uma licença na Câmara, terem também agora que pedir autorização ao Governo Regional.

Presidente: Creio que agora estamos em condições de passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010 – “Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, com **proposta de substituição integral da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.**

Foi subscrita por todos os grupos parlamentares a assunção desta proposta de substituição integral.

Para apresentar o projeto dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras penas para dar conta daquele que é o segundo diploma que faz parte do primeiro relatório intercalar que já analisámos no Plenário passado, o primeiro relatório intercalar da comissão de operacionalização do Estatuto (aliás o Sr. Presidente já me poupou o trabalho de dizer o nome todo da comissão).

Depois de se ter votado a Anteproposta de Lei que criminaliza a falta de colaboração com as comissões de inquérito, o primeiro relatório intercalar da Comissão de operacionalização do Estatuto, apresenta também uma proposta de substituição do regime dos inquéritos parlamentares.

Esta proposta de substituição incide sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º. 8/2010, apresentado pelo PSD, e que em comissão foi alvo de uma proposta de substituição, apresentada pelo PS.

Tendo sido este compreensivelmente o diploma que mais tempo e discussão levou no seio dos trabalhos efetuados pela comissão de operacionalização do Estatuto, procede-se, com a sua apresentação, a uma profunda alteração do

quadro legislativo, relativo às comissões de inquérito, no seio da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Consensualizou-se um modelo que se pretende transparente e eficaz na atividade de fiscalização dos atos da administração regional autónoma e também do Governo Regional.

A proposta de substituição da comissão de operacionalização do Estatuto foi aprovada por unanimidade e subscrita por todos os grupos e representações parlamentares e apenas não obteve consenso no que diz respeito à entrada em vigor deste diploma.

Permitam-me apenas ainda que possa aqui testemunhar o trabalho empenhado de todos os grupos e representações parlamentares na obtenção desta proposta de substituição do regime jurídico dos inquéritos parlamentares, fazendo assim cumprir uma das obrigações decorrentes da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAA.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições

Creio não haver inscrições.

Assim sendo e à semelhança do que fizemos em junho relativamente à Anteposta de Lei e tendo em conta o nosso artigo 136º., vou pôr à votação na generalidade o projeto inicial.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação na generalidade o projeto de substituição integral da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que concordam que siga para a especialidade o projeto de substituição integral da Comissão façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo entramos na especialidade com o projeto de substituição integral da comissão.

Presumo que posso colocar à votação em bloco, do artº. 1º. ao artº. 16º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação o artº. 17º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma simples e curta declaração de voto tendo em conta que este diploma não mereceu qualquer debate.

Para que fique claro que o PSD votou contra apenas o artigo relativo à entrada em vigor, porque, como foi de resto discutido em sede de comissão e apresentado pelo Sr. Relator da Comissão, o PSD entendia que esta matéria deveria entrar de imediato em vigor.

No entanto, não foi esta a posição maioritária da Comissão e desta Assembleia, por isso relativamente a este aspeto não houve consenso, mas mais uma vez gostaria também, aqui, na qualidade de Presidente da Comissão, manifestar o meu agrado pelo facto como todos os partidos fizeram um esforço amplo, para se obter um amplo consenso nesta matéria.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da votação que acabámos de efetuar, fazer também uma declaração de voto, registando a forma empenhada (e nunca é de mais repeti-lo, aliás já foi dito em intervenções que me precederam) como a generalidade dos grupos e representações parlamentares trabalharam e partilharam com os seus contributos, no sentido de se construir uma solução consensual relativamente a esta matéria do regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito.

Uma nota só para dizer que esperávamos, e o diploma poderia ter sido aprovado por unanimidade, porque hoje estamos a um plenário, uma sessão legislativa do final desta legislatura, que, aprovada qualquer das três propostas que estiveram sobre a mesa para o artigo 17º., o resultado final seria o mesmo.

Na prática esta iniciativa só produziria efeitos na próxima sessão legislativa, ou seja, na próxima legislatura.

Também só para precisar uma afirmação que foi feita em aparte, numa interpelação da parte da manhã, pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Dizer que a proposta do PS, que entrou na Comissão em 9 de fevereiro de 2011, dizia que o presente diploma entraria em vigor no primeiro dia da sessão legislativa seguinte, à data da respetiva publicação.

Não tivesse sido aprovada na sessão legislativa passada poderia ter entrado em vigor no passado dia 1 de setembro e estar já em vigor na última sessão legislativa desta Legislatura.

Depois, por proposta do BE, em sede de Comissão, a que o PS foi sensível, como a generalidade dos outros partidos também, acabámos optando e aprovando, por maioria, a proposta de redação para o artigo 17º., que aqui está, cuja autoria em sede de comissão (o seu a seu dono) foi do BE, embora tenha tido a nossa adesão em sede de comissão e na versão final.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Creio que agora podemos passar ao ponto seguinte da nossa agenda.

Sr. Deputado Duarte Freitas diga.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Queria solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 35 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Presidente: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 43 minutos.

Vamos então prosseguir na nossa agenda.

Segue-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 39/2012 – “recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à internet nas ilhas das Flores e do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem delongas dizer o seguinte: face à discussão que já foi feita aqui durante esta semana, é perfeitamente compreensível a necessidade da urgência e da aprovação da recomendação que propomos.

Portanto, julgo que não há necessidade de estar aqui com mais delongas.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de imediato à substância.

Tem a palavra para apresentar o diploma o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A recomendação que trazemos neste Projeto de Resolução visa que, até à conclusão daquilo que é essencial, seja encontrado um tarifário transitório para as comunicações, designadamente da internet.

Esta recomendação é dirigida ao Governo da República, de modo a que possa, junto da entidade reguladora, intervir para que os corvinos e os florentinos possam efetivamente pagar apenas pelo serviço que a PT lhes disponibiliza e não pagar um tarifário idêntico àquele que todos pagamos na restante região.

É uma recomendação muito simples e eu espero que mereça a aprovação unânime desta câmara.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Presidente, comprometo-me a não falar exaustivamente de fibra ótica, porque muito se tem discutido ao longo desta legislatura,

inclusivamente esta semana, mas obviamente terei que fazer alguma referência, até porque esta matéria está correlacionada com a questão da fibra ótica.

Tem havido divergências sobre esse assunto e pontos em comum. Dois dos pontos em comum foram, aliás, discutidos nesta semana, com a aprovação da resolução do PPM.

Um desses pontos em comum é o facto de que é claramente inaceitável que a PT continue a praticar a exploração que pratica sobre os florentinos e os corvinos, cobrando tarifários de internet, cuja velocidade e estabilidade não correspondem minimamente àqueles que são disponibilizados a esses açorianos. Nesse sentido este Projeto de Resolução é objetivo, é correto, é claro e prático nos seus propósitos.

Por estas razões compete-me felicitar o proponente.

Propõe, de facto, um regime transitório que permita aos florentinos e aos corvinos pagar apenas aquilo que for considerado justo pelo serviço que têm, ou seja, deixar de pagar o que pagam neste momento por um serviço de uma qualidade muito superior àquela de que efetivamente usufruem.

Este regime transitório durará até que seja efetivada a extensão da fibra ótica e até que *www* no grupo ocidental deixe de significar *wait, wait, wait* e entremos finalmente no séc. XXI das telecomunicações.

Desta forma consideramos que o Projeto de Resolução é adequado, não só na solução que preconiza, mas também no *timing* em que acontece e, como tal, por mitigar a injustiça que é perpetuada contra os florentinos e os corvinos sistematicamente de há anos a esta parte pela PT, merecerá o nosso apoio inequívoco.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o Governo acha correta esta resolução. Aliás já tomou posições face à iniquidade que é “vender gato por lebre”, como já dissemos

publicamente e temos também, já agora, outra legitimidade, para perceber e compreender esta Resolução.

O próprio Governo, devo referi-lo, nas Flores, face ao estado de degradação do piso das estradas regionais e *mutatis mutandis*, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Muito bem!

O Orador: ... achou por bem, ao longo desses anos, ter um tarifário de 50% nas inspeções dos veículos automóveis, exatamente porque a rede viária não estava em condições.

Portanto, até nisso há também um exemplo que o Governo dos Açores já deu, no sentido de dar alguma justiça a esta questão.

De resto, a Resolução parece-me que é consensual, porque até pelo seu ponto de vista económico isso não tem nenhum significado nem impacto para uma empresa como a PT. Reponham a situação de justiça naquelas duas ilhas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente associar o BE a este Projeto de Resolução do PCP.

Dizer que vamos votá-lo favoravelmente.

Não vou aqui aduzir a mesma argumentação que já todos nós, de alguma maneira, utilizámos ainda este Plenário, logo no primeiro dia.

É justíssima, mas não deixo de fazer daqui um apelo ao Governo Regional no sentido de não ficar só à espera das eventuais versões do Governo da República. Como eu também já disse durante este Plenário, se estivermos à espera do Governo da República, podemos esperar sentados.

Que o próprio Governo Regional continue a insistir e a fazer pressão para que a honestidade da PT não seja diariamente posta em causa por todas as comunidades açorianas que conhecem a situação vivida pelos florentinos e pelos corvinos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui foi referido nunca é de mais falar das Flores e do Corvo, mas vamos hoje tentar passar ao lado das guerrilhas e, por vezes, das maledicências.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Divergências!

O Orador: Divergências democráticas, sim senhor, Sr. Deputado.

O que nos preocupa é resolver os problemas concretos das pessoas.

O que é importante é que este Parlamento possa agir de forma eficaz a favor de quem paga por um serviço que não tem

A PT não cumpre o seu compromisso, nem sequer a 10%, como disse ontem ou anteontem.

Aquelas populações são tão clientes da Portugal Telecom como os restantes açorianos. Pagam por um serviço que não usufruem, lesando-os, enquanto consumidores, bem como o seu direito de cidadão de acederem às redes de comunicações globais.

O Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia já afirmou que tem conhecimento das dificuldades de acesso à internet, por parte dos utilizadores do grupo ocidental e que tal circunstância (em sede de comissão, foi exatamente aquilo que disse) fica a dever-se às limitações impostas pelas tecnologias atualmente utilizadas, pelos prestadores de serviços de telecomunicações.

Também referiu que tal será diferente com a ligação ao Cabo, tão ansiado, e que agora (pretendemos nós!), venha a ser finalmente concretizado.

O poder político, todas as bancadas, esta inclusive, e o Governo Regional, tudo têm feito para defender estas duas ilhas a ocidente.

Mas enquanto tal não acontece os problemas existem. São reconhecidos e denunciados por todos e pela tutela que considera que esta situação se traduz num limitar de acesso à internet naquelas duas ilhas, com as culpas da PT que vende um determinado serviço, com uma determinada velocidade, por um determinado preço que não se verifica na realidade.

No seu entender, e cito o Sr. Secretário, “a autoridade nacional de comunicações ANACOM, deveria atuar porque é a entidade com autoridade para o fazer”, fim de citação.

Digo isto e apesar do sempre atento e persistente trabalho e esforço do Governo Regional para que a PT cumpra com melhoramentos na qualidade de receção do serviço contratualizado e apesar desta empresa já ter esclarecido que os problemas referidos se prendem com razões técnicas e também em resultado de um forte aumento de tráfego cursado, a PT reconhece as limitações de capacidade em alguns períodos.

Também reconhece que face às limitações de disponibilidade de segmento espacial, não tem sido possível proceder à ampliação da ligação, pelo que, segundo a mesma empresa, aguarda pela instalação do cabo ótico para realizar de imediato a ampliação necessária de sinal.

Estas informações de que dispomos é que a largura de banda é fixa e com determinado valor e só com um novo satélite, ou então com a tão já falada e ambicionada ligação, será possível melhorar esta mesma qualidade.

Se é verdade, e já por vezes referido noutros campos e noutros fóruns e até mesmo em sede de Comissão, que por vezes terá havido melhorias, até aquando de visitas de algumas entidades às Flores, a PT também já o veio desmentir e dizer que nas atuais condições de comunicação essas melhorias são poderão ter ocorrido com prejuízo na oferta de qualidade para outros serviços prestados pela PT, já que a largura de banda (é preciso que se note, já outro dia aqui referi) tem sido sempre a mesma segundo a PT.

Gostaria de referir aqui, e a título pessoal, que se a empresa não consegue melhorar a qualidade dos serviços prestados, em última análise, deveria só cobrar pelo que oferece.

Esse triângulo, Governo Regional, Governo da República e PT, teve e tem da parte do Governo Regional um papel importante nesta reivindicação, tarefa que lhe cabe intransigentemente para o interesse dos Açores e dos açorianos, mas não podemos certamente descorar a responsabilidade da República.

Tem sido sempre esta bancada também e o Governo Regional, da responsabilidade do PS, acérrimos defensores da efetiva ligação à internet, em igualdade de circunstâncias e de condições com os restantes.

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima).

O Orador: Sr. Deputado, eu disse “também”, eu disse “esta também”.

Antes de qualquer comentário eu já lhe vou adiantando os seus.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: Como dizia, tem sido esta bancada e o Governo Regional um acérrimo defensor da efetiva ligação à internet em igualdade de circunstâncias, por isso temos trabalhado nesse sentido.

Chegados aqui e perante o Projeto de Resolução, pensamos que será de comum entendimento, já que não temos o custo total da obra, que poderiam muito bem agora criar um regime transitório e de exceção para os habitantes daquelas ilhas, a fim de estes não pagarem por um serviço que na realidade não usufruem e que esse regime transitório seja válido até efetiva conclusão da ligação do anel de fibra ótica.

A proposta pretende que o Governo da República, através da autoridade nacional para as comunicações (e aqui um pouco diferente do que eu já tinha dito no último dia; realmente eu disse, quando foi da aprovação do projeto do PP, que deveria ser exatamente esta autoridade que se deveria pedir uma atuação) crie um regime de tarifário e transitório, garantindo uma redução de preço para que os corvinos e florentinos tenham uma real e efetiva igualdade de circunstâncias.

Pensamos, assim, que esta será uma medida que, apesar de tardia, vem repor este ano (e esperemos que seja este ano) alguma justiça para aqueles que têm pago injustamente por um serviço que nunca foi proporcionado.

Daí esta bancada votar favoravelmente este Projeto de Resolução.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito desta matéria a grande prioridade das populações era de facto conseguirem ter acesso à internet, em condições de igualdade, em relação aos restantes açorianos e portugueses.

Essa era a grande prioridade e foi isso que nós defendemos aqui ao longo da legislatura.

Nós considerámos e chegámos a equacionar uma solução idêntica àquela que é agora apresentada pelo PCP, em relação ao facto de se reduzir o tarifário para que esse tarifário correspondesse ao serviço que efetivamente é prestado. Chegámos a equacionar apresentar uma iniciativa neste âmbito e dessa natureza.

Na altura considerámos que podia ser contraproducente e que poderia atingir aquilo que era a primeira grande prioridade das populações. O que procurávamos não era uma redução de tarifário, mas sim ter acesso à internet em boas condições.

Nesse sentido considerámos que, na conjuntura anterior, não seria avisado proceder à apresentação desta iniciativa que poderia de alguma forma prejudicar aquela que tem sido a nossa luta para que os cabos de fibra ótica chegassem às ilhas das Flores e Corvo. Depois poderiam dizer-nos: “os senhores não têm a mesma qualidade, mas também pagam menos”.

Penso que foi esta questão que esteve no espírito de todos os partidos e de todos os Deputados eleitos no grupo ocidental e foi essa a situação que não nos levou a avançar com esta iniciativa.

O PPM vota favoravelmente esta iniciativa do PCP, nas atuais circunstâncias, porque como aqui foi anunciado ontem pelo Vice-Presidente do Governo Regional, esta questão da extensão do cabo de fibra ótica é hoje irreversível e arranca neste mês de julho.

Já não existe esse perigo e esse precedente que tentámos evitar, ou seja, que pudesse prejudicar de facto o início dessa obra.

Sendo assim nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima intervenção para referir, por parte do PSD, que entendemos que este Projeto de Resolução é um projeto equilibrado, justo e pertinente. Pena é que não nos tenhamos lembrado dele mais cedo.

Penitenciamo-nos, também nós, PSD, relativamente a este facto.

Tão justo, equilibrado e pertinente, permita-me dizer Sr. Deputado Aníbal Pires, que nem parecia ser do PCP.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como nós estamos!

O Orador: Mas vamos àquilo que interessa.

O PSD entende que a criação de um tarifário adequado ao serviço prestado aos florentinos e aos corvinos é de inteira justiça, de inteira pertinência e vai ao encontro daquilo que é um conceito muito atual, que é o conceito e o princípio do preço justo.

Se os florentinos e os corvinos têm ligação à internet do século passado, não podem pagar por essa ligação à internet o preço do séc. XXI. O preço tem que ser adequado ao serviço que lhes é prestado.

Nesse sentido vamos votar favoravelmente e felicitar o Deputado Aníbal Pires por ter trazido a esta casa este Projeto de Resolução.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção ainda mais breve que a anterior, porque obviamente quero registar com agrado a aparente unanimidade que há volta deste Projeto de Resolução que resultará em benefício para os florentinos e corvinos, mas há aqui duas afirmações que, também um pouco na linha da intervenção do Deputado Paulo Estêvão, eu queria clarificar em relação à nossa posição.

Disse o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo que esta iniciativa peca por tardia e o Sr. Deputado Jorge Macedo, também um pouco na mesma linha, diz que tem pena do PSD não se ter lembrado dela mais cedo e que se penitenciam por isso.

Ora, entendemos que o *timing* é perfeitamente justo e adequado. Avançar-se para este tipo de solução no momento em que não havia nenhum indício concreto do arranque da fibra ótica, poderia ter um efeito pernicioso, perigoso de levar ao protelamento dessa obra.

Deste ponto de vista, achámos que o *timing* é perfeitamente ajustado, não é tardio e nós também nos lembrámos desta solução mais cedo, mas não achámos que fosse oportuno avançar com ela.

Em relação à resolução propriamente dita, nós concordamos com ela, quer na sua componente resolutiva, quer no seu preâmbulo, mas obviamente que há um aspeto do preâmbulo que quanto a nós deveria ter sido referido.

Fala-se da enorme vontade política dos sucessivos Governos da República, é verdade, mas branqueia-se a falta de empenho de sucessivos governos regionais.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo passamos à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados avançando na nossa agenda temos dois **pedidos de urgência**, de dois diplomas da autoria do PSD e PS, respetivamente, sobre ajudas de custo.

Se não houvesse oposição da câmara eu poria os pedidos de urgência à votação, em conjunto.

Creio não haver oposição da câmara, vamos então votar os pedidos de urgência de ambos os projetos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os dois pedidos de urgência apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Também foi acordado, em conferência de líderes, que feita a apresentação por ordem cronológica por cada um dos projetos seguir-se-ia um debate na generalidade conjunto.

Para tanto, ambos os proponentes têm naturalmente, relativamente à grelha habitual que usamos, 25 minutos. A cada um dos restantes partidos é acrescentado cinco minutos à grelha habitual.

Dou a palavra ao PSD.

Uma interpelação Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Obrigado Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 35 minutos.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Diga Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 05 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que estamos em condições de reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Entretanto informo a câmara que deu agora mesmo entrada na Mesa um projeto de substituição do Decreto Legislativo Regional sobre ajudas de custo, do PS.

Mandei dar entrada, fotocopiar e distribuir junto de Vs. Exas.

Para apresentar o Projeto de Decreto Legislativo Regional, do PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente para uma interpelação.

Esse debate dos dois projetos, como o Sr. Presidente anunciou, iria ser feito em conjunto.

Estamos a discutir um projeto que é do conhecimento de todo o plenário e pelos vistos, supostamente, teríamos que discutir um outro que só agora deu entrada.

Gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse como é que vamos proceder a um debate dum diploma que só agora deu entrada.

Já pedi um intervalo regimental com fundamento. O que é certo é que estamos aqui há quase uma hora ...

Presidente: Percebo a sua questão. Se o PSD acha fundamental ter conhecimento do Projeto de substituição do PS...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é o PSD que acha. Acho que para o Parlamento é necessário.

Presidente: Então fazemos um intervalo de 20 minutos, creio que será suficiente, para o Projeto ser distribuído.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 35 minutos.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 33 minutos

Tal como tinha dito, para apresentar o Projeto de Decreto Legislativo Regional, do PSD, dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A lei existe para regular comportamentos e condutas, não julgar comportamentos e condutas.

Estamos num parlamento e não num tribunal.

Aos parlamentos cabe, natural e objetivamente, fazer leis.

Relativamente à circunstância que está agora em discussão, há um conjunto de situações, do conhecimento público, na sequência de uma auditoria do Tribunal de Contas, que merecem discordância pelo menos de uma parte da sociedade açoriana, desde logo da parte do PSD.

Se não estamos de acordo, temos de agir em conformidade com essa discordância.

Por isso o PSD apresenta uma alteração legislativa para que aquilo que o PSD considera, ética e moralmente reprovável, não seja legal, no sentido de que um titular de cargo político não receba ajudas de custo quando está na sua residência.

Gostaria de dar aqui duas notas sobre aquilo que está em causa relativamente aos benefícios dos titulares de cargos políticos, no caso concreto.

O regime de ajudas de custo visa, por natureza e pela própria denominação, compensar os custos pela deslocação. Isso é assim com todos os servidores de Estado, desde os funcionários, aos dirigentes e também aos titulares de cargos políticos. Isto é, a lei portuguesa encontrou um regime para beneficiar e compensar custos àqueles que servem o Estado, quando deslocados.

É este o fundamento de base do regime de ajudas de custo.

Por outro lado também, nos Açores e desde 1977, desde logo pela nossa singularidade arquipelágica e também pela novidade do sistema autonómico dos órgãos de governo próprio, foi determinado que quem tenha que se deslocar

para a Região, ou de uma ilha da região para outra, tenha direito a habitação suportada pela Região.

O que a lei não prevê, mas também não proíbe, é que alguém que vive numa ilha, passa a ser responsável por um departamento governamental noutra ilha, mantendo residência na sua ilha de origem, possa ter direito a acumular, por um lado, o direito à habitação e ao mesmo tempo o direito a receber ajudas de custo quando está na sua ilha de origem. Por exemplo, passa mais tempo na ilha de origem do que na ilha onde está sedeada a respetiva Secretaria.

A lei não prevê essa possibilidade, isto é, não pode dizer-se que a lei é que prevê essa possibilidade. A lei não prevê essa possibilidade, mas a lei também não proíbe este tipo de comportamento.

A lei não prevê, mas também não proíbe que receba ajudas de custo na ilha onde tenha residência e onde passe mais tempo.

É isso que agora o PSD se propõe alterar com a proposta que vamos discutir.

No fundo, o que o PSD pretende, de uma forma clara e inequívoca, sem deixar levar pelas agitações próprias dos tempos pré eleitorais e que alguns pretendem que seja uma nuvem de fumo – mas focalizando nesta questão que é pública, e sendo pública e merecendo discordância, tem de ter desde logo uma atuação política responsável e consequente – é que, relativamente a esta matéria, deixe de ser legal aquilo que é moral e objetivamente reprovável.

É esse contributo que o PSD dá, de uma forma séria, responsável e construtiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para apresentar o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PS.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entende este Grupo Parlamentar trazer aqui uma proposta que prevê clarificar e alterar uma lei que existe há trinta e cinco anos, uma lei que data de 1977, salvo erro.

É essa lei que regula e enquadra legalmente o regime de ajudas de custo dos titulares de cargos públicos.

Naturalmente que é fácil fazer demagogia e populismo em torno destas questões.

Nós, também, enquanto agentes do sistema político temos a obrigação de todos os dias continuar a trabalhar para prestigiar a atividade política e os titulares de cargos públicos e recusar essas perspectivas demagógicas e populistas que põem em causa precisamente esse prestígio e conseqüentemente desprestigiam a importante e nobre atividade política.

Também para que não se ponha em causa, não se condene publicamente, nem se censure pessoas honestas e sérias que dão o melhor de si servindo a causa pública, entende este Grupo Parlamentar, combatendo e reprovando precisamente essa postura demagógica e populista em torno deste assunto, trazer aqui esta proposta.

Aquilo que propomos, na nossa perspectiva, tendo em conta aquilo que versa no Projeto de Decreto Legislativo Regional que trazemos aqui, é perfeitamente claro.

Em primeiro lugar que “os titulares de cargos políticos, quando deslocados da ilha da sua residência em serviço oficial, têm direito ao abono de ajudas de custo nos termos definidos no artigo 94º. do nosso Estatuto Político-Administrativo”;

E, tendo em conta o ponto seguinte, “Considerar residência para efeitos de abono de ajudas de custo, o domicílio da respetiva habitação própria ou permanente, independentemente de corresponder ao local de exercício das respetivas funções ou daí se situar o centro da sua atividade funcional quando não haja local certo para o exercício das suas funções”.

Além disto propomos ainda também o seguinte, no artº. 2º.:

“Cessa o direito ao abono de ajudas de custo sempre que os titulares do direito à habitação nos termos do nº. 2 do artº. 6º., do DLR referido, permaneçam, que ainda em serviço nas ilhas onde não têm habitação própria ou permanente”.

Aqui, incluímos todos os titulares de cargos públicos e políticos, não só os membros do Governo, mas também os Deputados, porque entendemos que nesta alteração é possível ir mais longe e já que fazemos esta clarificação,

contra essa perspectiva populista e demagógica em torno desta matéria, incluímos também os Deputados desta casa.

Sabemos que não é o número significativo de Deputados que recorrem e utilizam este instrumento legal, mas entendemos que é também um sinal político importante incluir esta referência e incluir também aqui os nossos Deputados.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, em nome dessa clarificação e em nome da recusa frontal de qualquer aproveitamento demagógico ou tentação de maledicência e de guerrilha em torno desta matéria quando estamos também em período pré-eleitoral, sobre uma lei que como já disse, tem 35 anos, o PS apresenta aqui esta proposta.

Presidente: Feitas as apresentações o debate será conjunto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi agora apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e que é uma forma legislativa completamente contrária àquela que tinha sido apresentada ainda ontem (coincidia em grande medida com a proposta do PS, que era focalizar na questão que estava em discussão, que era a possibilidade de um membro do Governo poder receber ajudas de custo, quando na sua ilha de residência e onde por sinal, está demonstrado, passava mais tempo), o Grupo Parlamentar do PS faz uma alteração e, na nossa perspectiva, com um conjunto de equívocos jurídicos que fragilizam essa solução.

Desde logo, o nº 1 do artº. 1º. é claramente violador do artigo 94º. do Estatuto Político Administrativo da Região. É uma matéria de reserva estatutária e que está violada com este nº. 1, do artº. 1º.

Por outro lado também, há aqui uma pertença concetualização das ideias de residência, de domicílio, que nos parece que fragiliza também de forma significativa esta proposta de diploma.

A lei e todo o edifício jurídico, relativo à ideia de domicílio ou de residência, estão estabelecidos e agora vem-se inventar aqui uma figura nova que é o domicílio da respectiva habitação própria ou permanente.

O que é, juridicamente, o domicílio da respectiva habitação própria ou permanente?

Isto colide com o conceito de domicílio necessário que está expressamente previsto na lei para fundamentar ajudas de custo.

Com isto tudo vão criar um imbróglio jurídico (espero bem que não e quero crer que não) de não clarificar uma situação que era claramente resolvida, conforme o PSD propôs, de uma forma limpinha e escorreita.

A primeira versão do PS era essa, resolver isto de uma forma limpinha e escorreita, sem qualquer tipo de dúvida.

Agora vem aqui criar um conjunto de artificialismos jurídicos que, em vez de resolver, apenas complicam, para além de um claro vício de violação do Estatuto e violação da lei, no que diz respeito aos conceitos de domicílio e de residência, que estão claramente postos em causa com a proposta do PS.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para de uma forma muito breve e muito clara esclarecer as dúvidas suscitadas pela intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Dizer que a proposta do PS é a única que claramente concilia uma solução legislativa com a reserva de Estatuto, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A primeira ou a segunda?

O Orador: ... designadamente no que respeita ao artº. 94º. do nosso Estatuto Político-Administrativo.

O nosso Estatuto Político-Administrativo admite apenas e só a consideração e a existência de uma residência.

Qualquer solução que apontasse para uma dupla residência, para efeitos de ajudas de custo, é que colidia com a norma de valor reforçado, que é o artº. 94º., do Estatuto Político-Administrativo.

Não há qualquer conflito com a norma que define o domicílio necessário no regime das ajudas de custo, até porque ele é claro a dizer que só se aplica, sem prejuízo de qualquer disposição, em lei especial e este Decreto Legislativo Regional é e será para todos os efeitos uma lei especial no domínio da definição da residência para efeitos de ajudas de custo.

Feito este esclarecimento, evidenciar aquele que é o grande mérito, a grande diferença e a grande virtude da proposta do PS, que é alargar e fazer abranger neste projeto e tratar de igual forma a generalidade dos titulares de cargos políticos da administração da RAA, membros do Governo e Deputados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os assessores?

O Orador: O Estatuto Político-Administrativo da RAA, no seu artigo 94º., fala em titulares de cargos políticos. O artigo aplica-se à generalidade dos titulares de cargos políticos e não podemos ter dois pesos e duas medidas para titulares de cargos políticos.

Para além disso, no que diz respeito ao artº. 2º., abrangendo, referenciando e salvaguardando a situação dos cargos dirigentes que optem pela aquisição do direito à habitação, que o nº. 2 do artº. 6º. do Decreto Legislativo Regional nº. 8/77/A, de 17 de maio, lhes confere e lhes atribui, no caso deles permanecerem, mesmo que em serviço, na ilha onde mantêm habitação própria ou permanente, não terão o direito ao abono de ajudas de custo.

Este é um mérito para nós incontestável, abranger a generalidade dos dirigentes da administração que podem conciliar o direito à habitação com o abono de ajudas de custo e a generalidade dos titulares de cargos políticos, sejam eles Membros do Governo, sejam eles Deputados eleitos para esta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação.

Presidente: Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: Com certeza, Sra. Deputada. É regimental.

Pedia a todos líderes que se aproximassem da mesa.

A conferência de líderes deliberou encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Retomamos os nossos trabalhos amanhã às 10 horas da manhã.

Muito boa noite.

Até amanhã às 10, com a agenda.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

() Texto não revisto pelo Orador*

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: “Quinta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio”, n.º 12/2012

Autor: PSD

Entrada: 2012 – 07 – 04

Data limite do parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: “Sexta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio, que adota providências relativas ao pessoal dos quadros políticos, técnicos e administrativos do Governo Regional dos Açores”, n.º 13/2012

Autor: PS

Entrada: 2012 – 07 – 04

Data limite do parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação”, n.º 14/2012

Autor: BE

Entrada: 2012 – 07 – 04

Data limite do parecer: 2012 – 08 - 29

2 - Projeto de Resolução:

Assunto: [“Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê instruções ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira para, com a maior brevidade, repor em funcionamento o Serviço de Cardiologia e as Unidades de Cuidados Intensivos Cardíacos e Intermédios”](#)

Autor: CDS-PP

Entrada: 2012 – 07 – 04

Data limite do parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 - 1 Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Quinta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio”

Autor: PSD

Data de Entrada: 2012.07.04;

Assunto: Ofício a solicitar urgência com dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Sexta alteração ao Decreto Regional n.º 8/77/A, de 17 de maio, que adota providências relativas ao pessoal dos quadros políticos, técnicos e administrativos do Governo Regional dos Açores”

Autor: PS

Data de Entrada: 2012.07.04;

Assunto: Ofício requerimento a solicitar a urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução - “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê instruções ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira para, com a maior brevidade, repor em funcionamento o Serviço de Cardiologia e as Unidades de Cuidados Intensivos Cardíacos e Intermédios”

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2012.07.04;

Assunto: Ofício a solicitar a apresentação para efeitos de admissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional - “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação”

Autor: BE

Data de Entrada: 2012.07.04;

Assunto: Ofício informar que foi enviado para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2012 –“Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional)”

Autor: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República

Data de Entrada: 2012.07.03;

A redatora, *Maria da Conceição Fraga Branco*